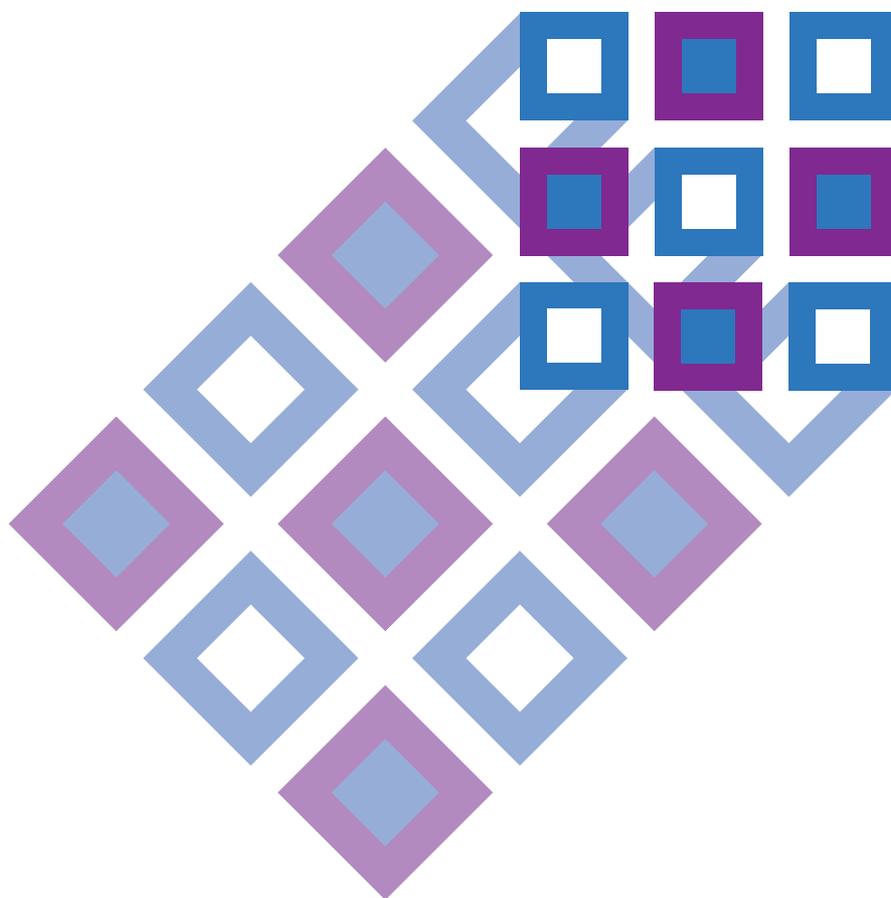


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO

CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2008



Publicação co-financiada pelo Fundo Social Europeu

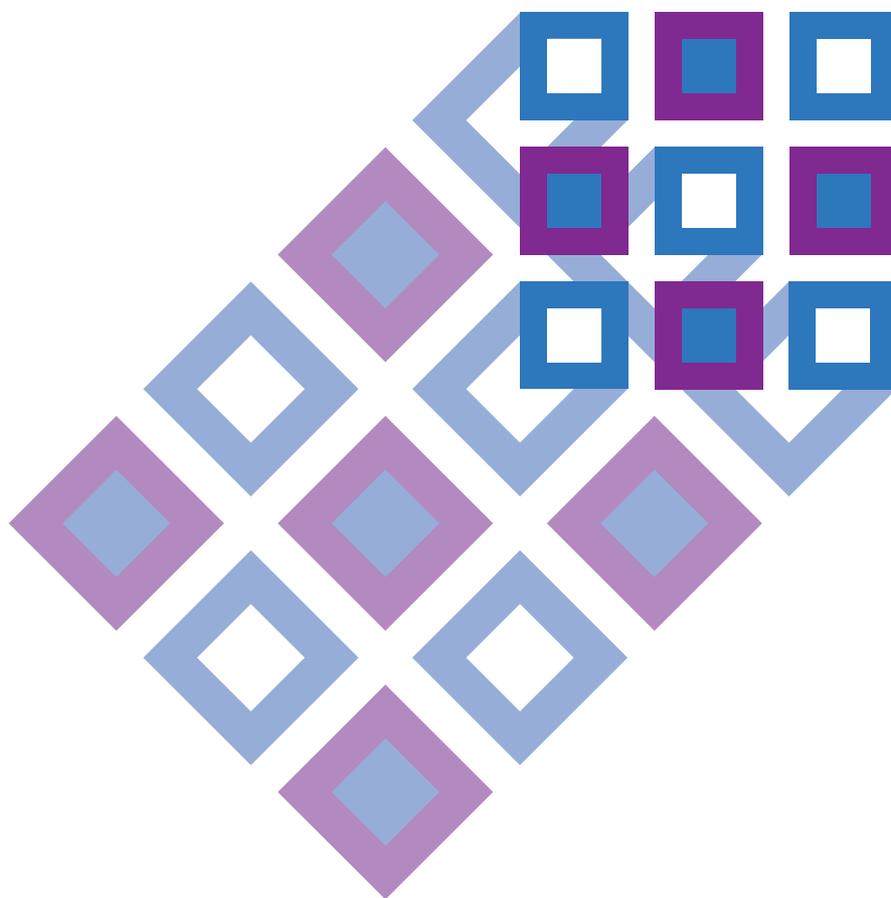


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO

CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2008



Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) / MTSS

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Relatório 2008

Coordenação de GEP/MTSS

Outras Edições

Plano Nacional de Emprego 1999 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2000 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2001 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2002

Plano Nacional de Emprego 2003

Plano Nacional de Emprego 2004

Plano Nacional de Emprego 2005

Carta Social – Equipamentos Sociais no Âmbito do MTS (disquete)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2000 (CD-Rom)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2001

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2002

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2003

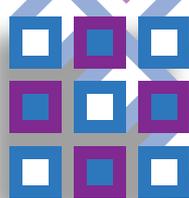
Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2004

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2005

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2006

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2007

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2008



Resumo

A actualização da informação relativa à Rede de Serviços e Equipamentos (Continente), continua a ter um papel de grande importância no processo de planeamento e tomada de decisão em matéria de política de acção social permitindo, simultaneamente, na óptica da informação ao cidadão, a identificação dos diferentes equipamentos e respostas sociais implantados pelo Continente e desenvolvidas pelas instituições das redes solidária, pública e lucrativa.

No seguimento das publicações anteriores, o Relatório 2008 tem o objectivo de dar uma percepção global da evolução da Rede de Serviços e Equipamentos, apoiando-se na leitura das principais variáveis, por referência a Dezembro de 2008, com base nos elementos actualizados directamente pelas instituições e pelos Centros Distritais do ISS, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia de Lisboa na medida das suas competências.

Este Relatório não se constitui como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

Abstract

The updating of data on the Social Services and Facilities Network (Portuguese Mainland) continues to be very important for the process of planning and decision-making in the social policies field, while, simultaneously, from the viewpoint of the information to the citizens it allows the identification of the different social facilities and responses, provided by institutions of the solidarity, public and profitable networks, all over the Mainland.

The 2008 Report appears in the following of the preceding publications and aims to provide an overview of the developments of the Social Services and Facilities Network. It is based on the analysis of the main variables referring to December 2008. The collected data was obtained directly through the institutions and the following departments: Centros Distritais do ISS, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa and Casa Pia de Lisboa.

This Report is not intended to be an instrument of statistical information or qualitative analysis.



Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)



Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), 2009

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2008

Coordenação do GEP/MTSS

E-mail: cartasocial@gep.mtss.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtss.gov.pt

Primeira edição: Janeiro 2010

Tiragem: **500 exemplares**

ISBN: 978-972-704-353-8

Depósito legal: 212 014/04

Coordenação Editorial e de Distribuição:

Centro de Informação e Documentação (GEP-CID)

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel. (+351) 213 114 900

Fax (+351) 210 115 784

E-mail: gep.cid@gep.mtss.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtss.gov.pt

Impressão e acabamento: Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor, por GEP/MTSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 7.º, 1250-069 Lisboa

Tel. (+351) 213 114 900

Fax (+351) 213 114 980

Página: www.gep.mtss.gov.pt

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

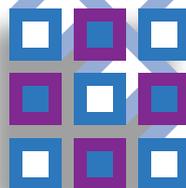
Equipa Técnica: Irene Miralto e Carina Metelo

Apoio Informático: Ana Gil

Colaboração: ISS – Instituto de Segurança Social, IP (MTSS)

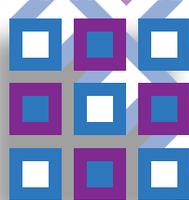
SCML – Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (MTSS)

CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSS)



ÍNDICE

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Nota introdutória | 7 |
| 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos ... | 9 |
| 2.1. – Entidades Proprietárias | 9 |
| 2.2. – Equipamentos Sociais | 10 |
| 2.3. – Respostas Sociais | 13 |
| 3. Respostas sociais por população-alvo | 15 |
| 3.1. – Crianças e Jovens | 15 |
| 3.2. – Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência | 21 |
| 3.3. – Pessoas Idosas | 23 |
| 3.4. – Família e Comunidade | 27 |
| 3.5. – Pessoas Toxicodependentes | 30 |
| 3.6. – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias | 32 |
| 3.7. – Outra População-Alvo | 34 |
| 4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público | 39 |
| 4.1. – Investimentos | 39 |
| 4.2. – Despesas de Funcionamento | 41 |
| 4.3. – Despesas com Investimento e Funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos | 43 |
| Anexos | 45 |
| Nomenclaturas e Conceitos | 46 |



1. Nota introdutória¹

Como é do conhecimento a Carta Social constitui-se como um instrumento de extrema importância no apoio ao planeamento e de preparação à tomada de decisão e, concomitantemente, de informação ao cidadão, relativamente à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

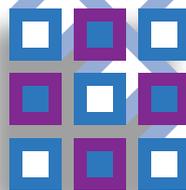
Na vertente da informação ao cidadão, o portal da Carta Social, acessível na *Internet* em www.cartasocial.pt, passou a incorporar novas funcionalidades numa perspectiva de inovação e qualidade do serviço prestado, sendo possível ficar a conhecer se as respostas sociais têm certificação de qualidade, visualizar imagens de alguns equipamentos sociais, observar em mapa ou visão satélite a sua localização, saber o número de lugares, os horários de funcionamento e muita outra informação.

No sentido de antecipar a publicação dos principais desenvolvimentos da RSES, normalmente apresentados nos relatórios anuais da Carta Social, foi instituída uma Folha Informativa, de publicação regular, com o intuito de prestar melhor informação ao cidadão e numa linha de primeira informação.

Também a actualização da Carta Social teve lugar pelo segundo ano consecutivo de uma forma mais automatizada, desburocratizando e reduzindo os procedimentos administrativos. A adesão das instituições ao preenchimento *online* da informação ultrapassou significativamente as expectativas iniciais, registando-se um aumento de 75 % em relação ao número de instituições aderentes em 2007.

O presente relatório, assente na actualização da informação com referência a 31 de Dezembro de 2008 por recolha electrónica e por recolha administrativa (nas situações em que as instituições não dispuseram de condições para realizar a actualização via *Internet*), tem como objectivo principal transmitir o comportamento evolutivo das principais variáveis que espelham a dinâmica recente da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos «valência» e «resposta social».



2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

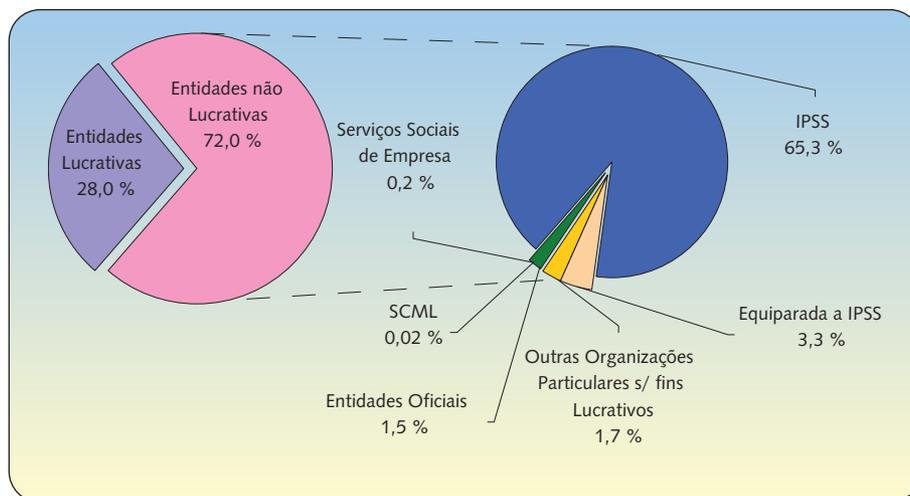
2.1. – Entidades Proprietárias

Considera-se Entidade Proprietária, no contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), qualquer entidade, individual ou colectiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2008

No âmbito do relatório da Carta Social, as entidades proprietárias ou gestoras foram agrupadas segundo a natureza jurídica, em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. Estas últimas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, habitualmente designadas por IPSS, outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de acção social, os Serviços Sociais das Empresas e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente – 2008

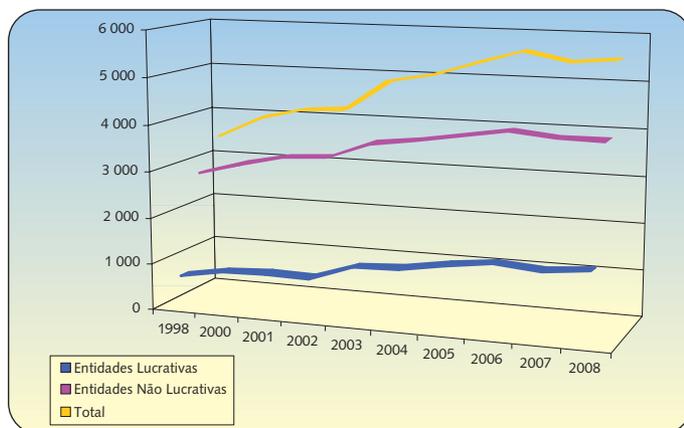


Em Portugal Continental, por referência a 31 de Dezembro de 2008, foram identificadas cerca de 5500 entidades proprietárias de equipamentos sociais. O sector não lucrativo representava em 2008, 72 % do universo, dos quais 65,3 % é constituído por Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS.

Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998-2008

Ao longo do período de análise, o número de entidades proprietárias tem vindo a crescer de forma contínua, apresentando um crescimento global de 58,1 %, registando-se contudo uma relativa estabilização nos últimos dois anos.

Evolução do número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente – 1998-2008

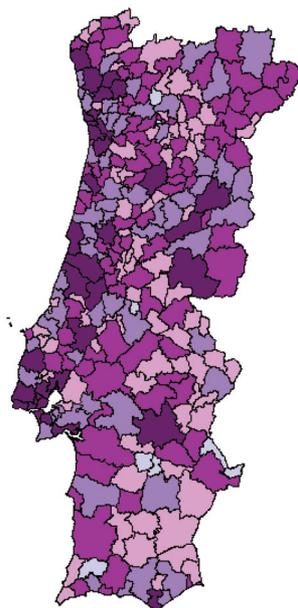


2.2. – Equipamentos Sociais

No âmbito deste relatório considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes.

O mapa de distribuição espacial indica que todos os concelhos do Continente estão cobertos por equipamentos sociais. É de salientar, ainda, que a maioria dos municípios (190) possui 10 ou mais equipamentos em funcionamento.

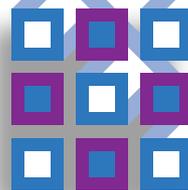
Distribuição espacial dos equipamentos sociais, por concelho
Ano de 2008



LEGENDA
N.º DE EQUIPAMENTOS

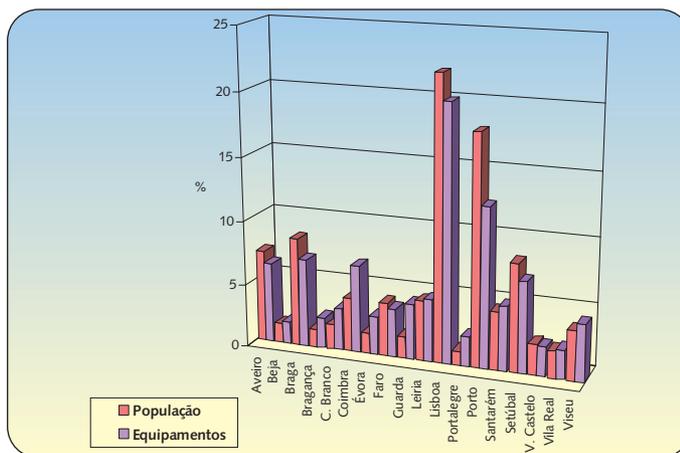
| | | |
|---|----------------------|------|
| ■ | ≥ 50 Equipamentos | (36) |
| ■ | 20 a 49 Equipamentos | (61) |
| ■ | 10 a 19 Equipamentos | (93) |
| ■ | 5 a 9 Equipamentos | (80) |
| ■ | 1 a 4 Equipamentos | (8) |

O padrão de distribuição dos equipamentos sociais no território nacional tem acompanhado o modelo de ordenamento populacional, com particular incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em toda a faixa litoral a norte da península de Setúbal e nos concelhos sede de distrito.



Os distritos de Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda e Portalegre constituem porém, uma exceção ao equilíbrio verificado nos restantes.

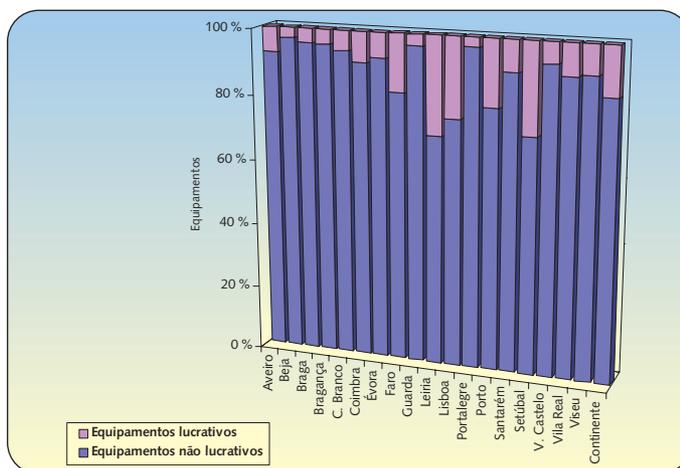
Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente, por distrito Continente – 2008



Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2008

No que diz respeito ao número de equipamentos segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, os equipamentos não lucrativos representavam 85 % do universo em 2008, enquanto que os lucrativos se situavam nos 15 %, o que revela um crescimento destes últimos equipamentos em relação ao ano anterior.

Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito Continente – 2008



A nível distrital, Leiria (29,7 %), Setúbal (27,9 %) e Lisboa (24,3) eram os distritos que apresentavam a maior percentagem de equipamentos lucrativos em funcionamento à semelhança do ano anterior. Portalegre (2,9 %), Beja (3,1 %) e Guarda (3,4 %) revelavam por outro lado, uma fraca implantação deste tipo de equipamentos.

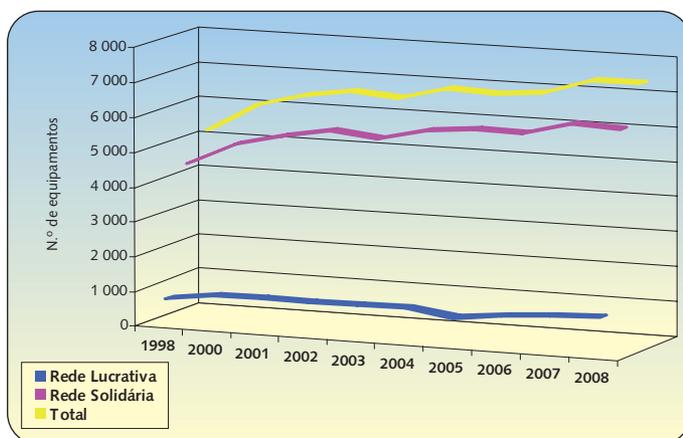
Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998-2008

Nos últimos dez anos o número de equipamentos sociais no Continente aumentou de forma clara (41%), o que se comprova com a existência de mais de 7300 equipamentos, dos quais aproximadamente 2150 entraram em funcionamento apenas na última década.

Apesar do acréscimo do número de equipamentos da rede lucrativa, que se vem verificando desde 2006, a rede solidária (85%) continua a ser a maior responsável pelo número total de equipamentos e a grande dinamizadora do crescimento da rede.

Em média, por cada seis equipamentos da rede solidária, corresponde um da rede lucrativa, proporção que se tem mantido constante entre 1998-2008.

Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica Continente – 1998-2008

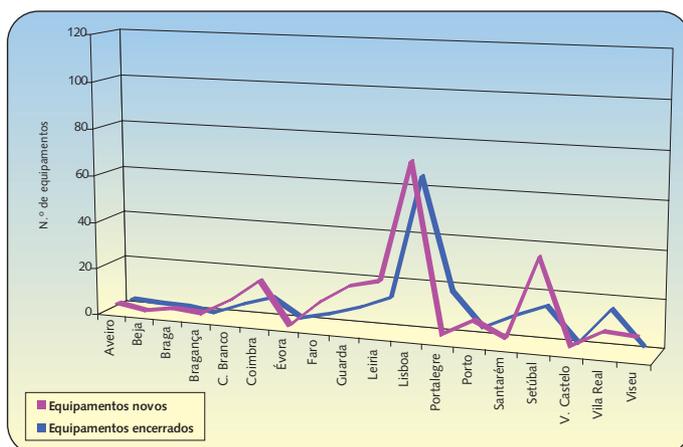


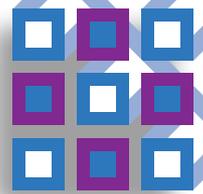
Equipamentos criados e encerrados em 2008

O saldo entre equipamentos novos e encerrados em 2008 apresenta-se positivo na maioria dos distritos, à excepção de Portalegre, Santarém e Vila Real em que o número de encerramentos é superior ao número de equipamentos criados.

O distrito de Setúbal mostra, à semelhança do ano anterior, uma maior dinâmica na criação de novos equipamentos sociais, enquanto que Lisboa continua a apresentar o maior número de equipamentos novos e simultaneamente o maior número de equipamentos encerrados.

Equipamentos criados e encerrados, por distrito Continente – 2008





2.3. – Respostas Sociais

Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo – situação em 2008

A implantação das respostas sociais pelo território continental tem acompanhado de uma maneira geral a densidade populacional de cada área geográfica.

De igual modo como se verificou para os equipamentos, regista-se uma maior concentração de respostas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e na faixa litoral norte e centro, estendendo-se até à península de Setúbal.

É possível observar também, que as respostas dirigidas às crianças e jovens estão mais concentradas nas áreas envolventes dos grandes núcleos urbanos, enquanto as dirigidas à população idosa assumem um padrão de distribuição mais disperso.

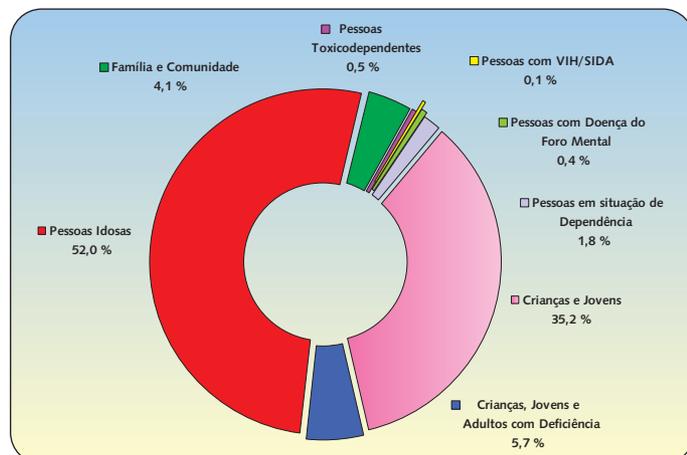
Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo
Ano de 2008



Respostas sociais por população-alvo – situação em 2008

De acordo com a tendência que se tem verificado ao longo dos anos, em 2008 a maioria das respostas sociais é dirigida às pessoas idosas (52,0 %) e às crianças e jovens (35,2 %), o que revela a preocupação ao nível das políticas sociais destinadas a estes grupos-alvo.

Distribuição das respostas sociais por população-alvo
Continente – 2008



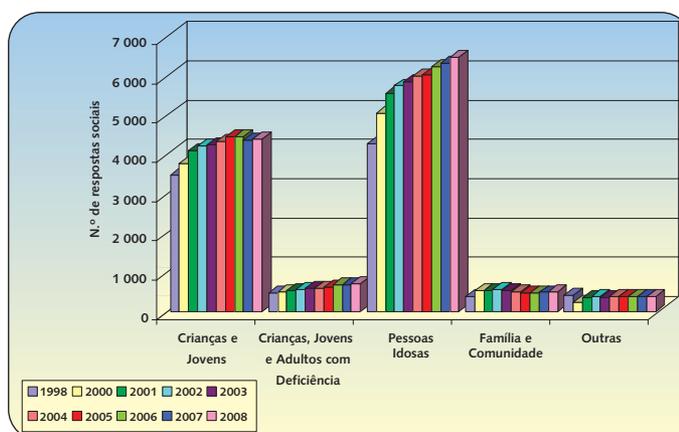
Respostas sociais por população-alvo – evolução 1998-2008

Ao longo do período de análise tem sido notório o crescimento do número de respostas sociais dirigidas a todos os grupos-alvo. Em 2008, por referência a 1998, o aumento do número total de respostas foi de 38,6%, o que corresponde a mais 3500 novas respostas sociais aproximadamente.

Assim, em 2008 contabilizaram-se 12 478 respostas em funcionamento em Portugal Continental.

Ainda neste período (1998-2008), refira-se que as respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (52,5%), às Pessoas Idosas (52,0%) e às Crianças e Jovens (26,3%) foram as que conheceram um maior ritmo de crescimento.

Evolução das respostas sociais por populações-alvo Continente – 1998-2008

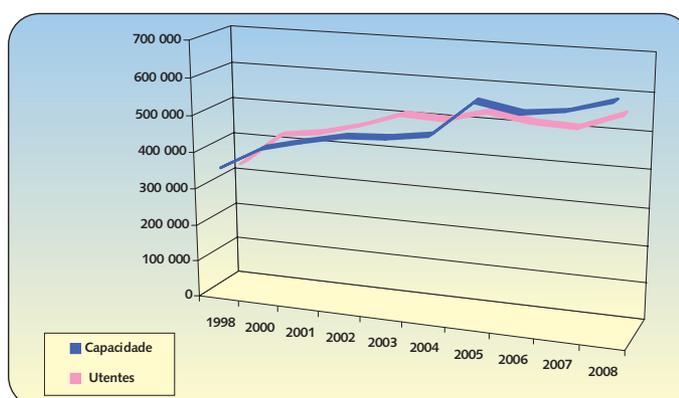


Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes, evolução 1998-2008

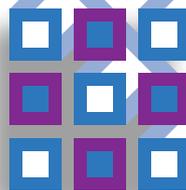
O esforço do investimento na Rede de Serviços e Equipamentos tem-se traduzido no crescimento do número de respostas sociais, mas também no alargamento da capacidade instalada e do número de utentes.

Os dados de 2008, por referência a 1998, revelam um crescimento da capacidade de 72% e de 64% no número de utentes, o que é indicativo do esforço que tem sido desenvolvido nos últimos anos no aumento dos níveis de protecção social. Comparativamente ao ano anterior, os valores da capacidade em 2008 confirmam a tendência de crescimento iniciada em 2007 e que será mais acentuada nos próximos anos com a progressiva entrada em funcionamento dos equipamentos, financiados no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Evolução da capacidade e dos utentes Continente – 1998-2008



A capacidade global da Rede continua a superar o número de utentes, contrariando a tendência de sobrelotação verificada até 2004.



3. Respostas sociais por população-alvo

3.1. – Crianças e Jovens

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2008

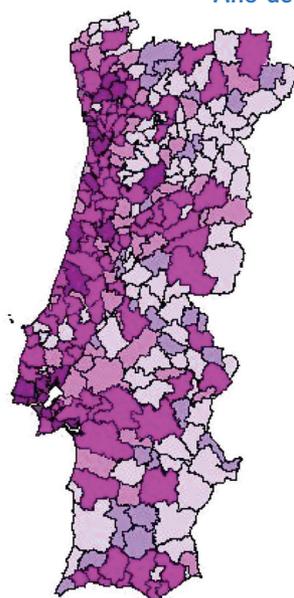
O mapa que se apresenta contempla a distribuição geográfica das respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens no território continental, com a exceção da resposta social Ama que pela sua especificidade será analisada em separado.

De igual forma ao observado para o conjunto das respostas sociais, também se verifica um equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição geográfica das respostas dirigidas às Crianças e Jovens.

As respostas sociais para esta população-alvo concentram-se, sobretudo, nas áreas urbanas, quer em locais próximos da residência, quer do local de trabalho dos pais.

Do conjunto dos municípios do território continental, a maioria (165) tem cinco ou mais respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças e Jovens
Ano de 2008



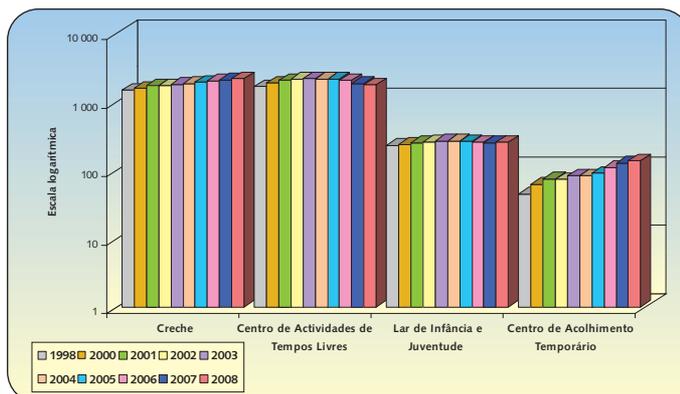
LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | | |
|---|-------------------|------|
| ■ | ≥ 50 Respostas | (23) |
| ■ | 10 a 49 Respostas | (94) |
| ■ | 5 a 9 Respostas | (48) |
| ■ | 3 a 4 Respostas | (85) |
| ■ | ≤ 2 Respostas | (28) |

Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2008

De 1998 a 2008 as respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens apresentam em termos globais, um crescimento de 27,3%. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um crescimento no número de respostas, com a exceção dos Centros de Actividades de Tempos Livres em virtude da reestruturação que estes têm vindo a sofrer.

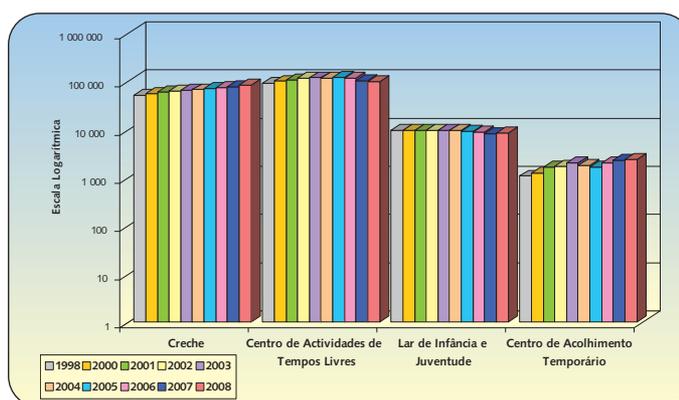
Evolução das respostas sociais para as Crianças e Jovens
Continente – 1998-2008



Ao realizar a análise por resposta social, e tendo por referência o ano de 1998, o número de Creches aumentou 45,4 %, o Lar de Infância e Juventude 10 %, o Centro de Actividades de Tempos Livres 5,1 %, mas é sobretudo o Centro de Acolhimento Temporário que continua a apresentar o maior crescimento neste período (204,4 %), resultado de uma expansão relativamente recente desta resposta.

No que concerne à capacidade instalada para esta população-alvo, é de salientar que nos últimos dez anos houve um acréscimo em termos globais de cerca de 38 800 lugares, apesar de por comparação ao último ano se ter observado um abrandamento da capacidade, em resultado, sobretudo, da reestruturação e encerramento de algumas respostas de Centro de Actividades de Tempos Livres.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens Continente – 1998-2008



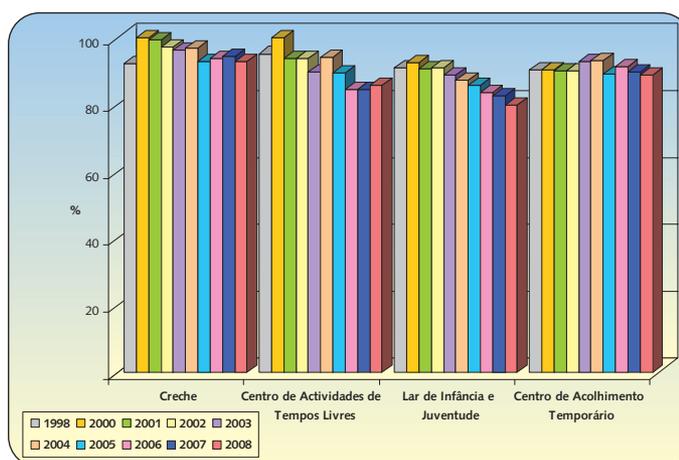
Por comparação a 2007, é de salientar ainda o crescimento de 6,4 % da oferta em Creche, o que se reflecte num aumento de cerca 5000 lugares, apenas num ano.

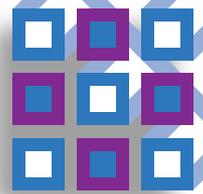
Taxa de utilização das respostas sociais para Crianças e Jovens, evolução 1998-2008

Ao longo do período de análise, a taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens tem-se mantido acima dos 80 %.

À semelhança do ano anterior, entre as diferentes respostas sociais, a Creche e o Centro de Acolhimento Temporário são as que apresentam maiores níveis de utilização, 92,8 % e 89 % respectivamente, enquanto as restantes (CATL e Lar de Infância e Juventude) têm vindo a apresentar um decréscimo na sua utilização entre 1998 e 2008, atingindo no último ano 85,7 % e 79,9 %, respectivamente.

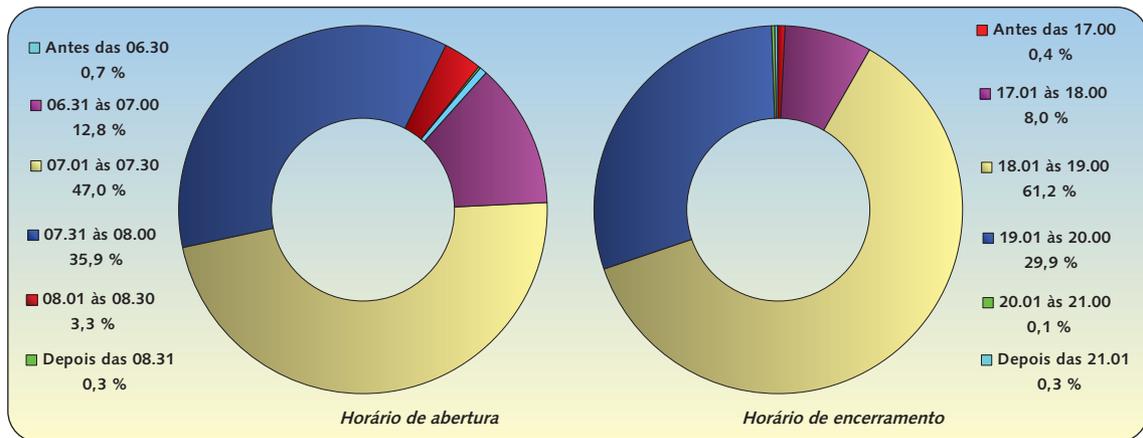
Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens Continente – 1998-2008





Horário de funcionamento das Creches – situação em 2008

Creche – Horário de funcionamento – situação em 2008



O horário de funcionamento das Creches não sofreu grandes alterações no ano de 2008, continuando a verificar-se que a maioria entra em funcionamento no período entre as 07.00 e as 08.00 horas (83,6 %) e encerra entre 18.00 e as 19.00 horas (61,2 %).

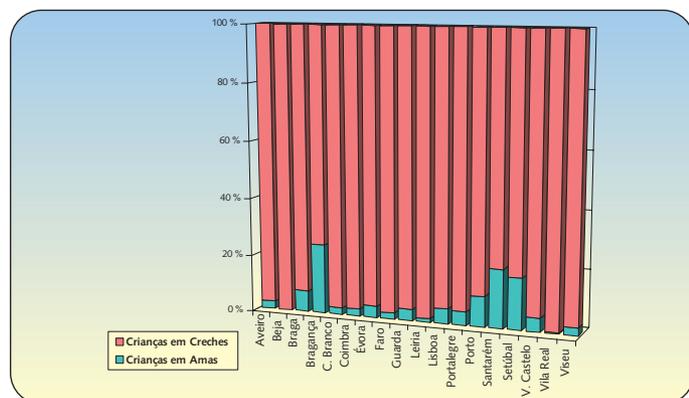
Na sequência dos anos anteriores, é de destacar, ainda, que 13,5 % destas respostas abrem as suas portas antes das 07.00 da manhã e 30,3 % encerram depois das 19.00, o que indica a preocupação das instituições em oferecer horários mais ajustados às necessidades dos pais, o que contribuirá para a melhoria das condições de conciliação da vida familiar com a actividade profissional.

A resposta social Ama

A Ama é uma resposta social que depende geralmente dos Centros Distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou de Instituições Particulares de Solidariedade Social, desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento das suas crianças.

Com especificidades próprias, a resposta Ama tem desempenhado um papel muito importante no apoio à 1.ª infância em determinadas áreas do território nacional, complementando ou até mesmo substituindo a resposta Creche.

Peso relativo das respostas sociais para a Primeira Infância (Creches e Amas), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito – Situação em 2008



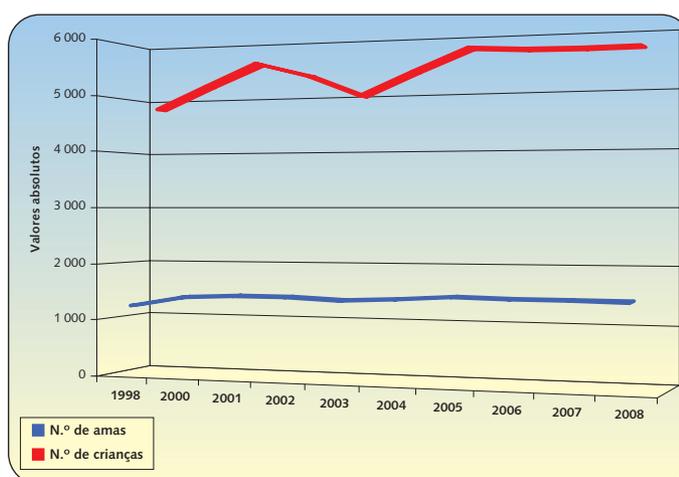
À semelhança dos anos anteriores, os distritos de Bragança (24,3 %), Santarém (20,3 %) e Setúbal (17,9 %) são os que apresentam as percentagens mais elevadas de crianças acolhidas em Ama, seguidos do Porto (10,5 %) e Braga (7,4 %). É de realçar, também, que apenas o distrito de Beja não tem ainda esta resposta implementada.

Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998-2008

Ao longo dos últimos dez anos (1998-2008) o número de amas e de crianças acolhidas tem registado um aumento, embora se verifique uma tendência de estabilização nos últimos anos.

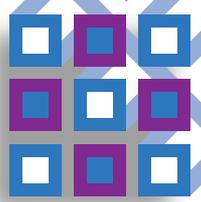
No ano de 2008, em valores médios, cada Ama acolheu 3,9 crianças, valor que tem sofrido poucas alterações desde o início do período de análise, e que se enquadra dentro dos parâmetros definidos na lei (máximo de quatro crianças).

Evolução do número de amas e de crianças acolhidas
Continente – 1998-2008

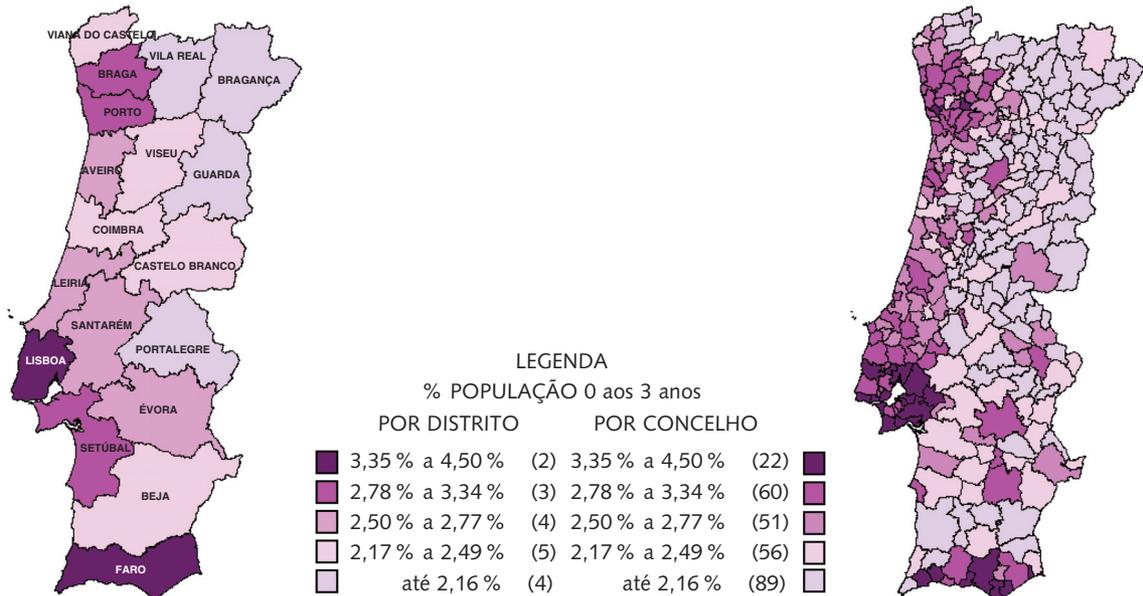


Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos

Os mapas seguintes relacionam o peso da população dos zero aos três anos e a população total por distrito e concelho. Através da sua análise verifica-se que os distritos com menores percentagens de crianças até aos 3 anos estão localizados no interior do país (Portalegre, Guarda, Bragança e Vila Real), por oposição aos distritos da faixa litoral que concentram as maiores percentagens. Ao observar-se o mapa por concelho, a dicotomia entre litoral e interior projecta-se uma vez mais, sendo de salientar que nos concelhos do interior os municípios sede de distrito são os mais jovens, o que poderá ser explicado pelo facto de conseguirem atrair os casais mais jovens.



Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito e concelho
Ano de 2008

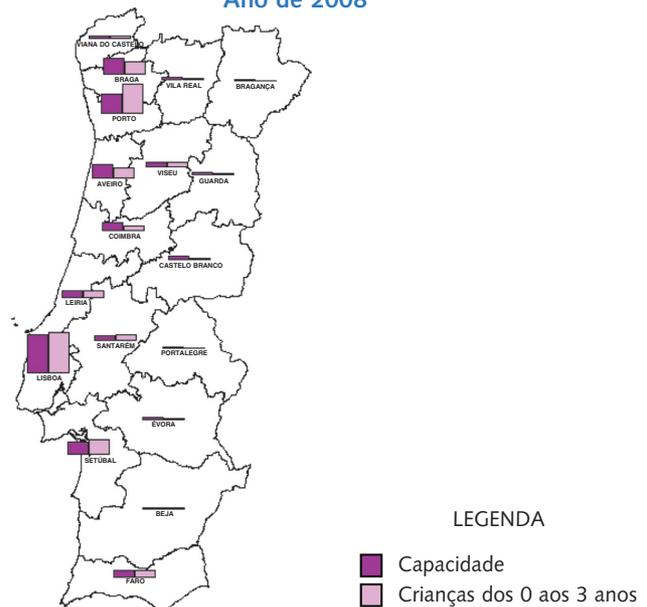


Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2008.

Comparando a oferta de respostas para a Primeira Infância (Creche e Ama) e a população-alvo (crianças com menos de 3 anos), a relação é favorável à oferta na maioria dos distritos, situação que indica uma razoável cobertura destas respostas sociais.

Os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal continuam, todavia, a apresentar, tal como em anos anteriores, um menor peso percentual da oferta em relação à população-alvo.

Distribuição percentual da oferta (Creche e Ama) e da população-alvo (< 3 anos), por distrito
Ano de 2008



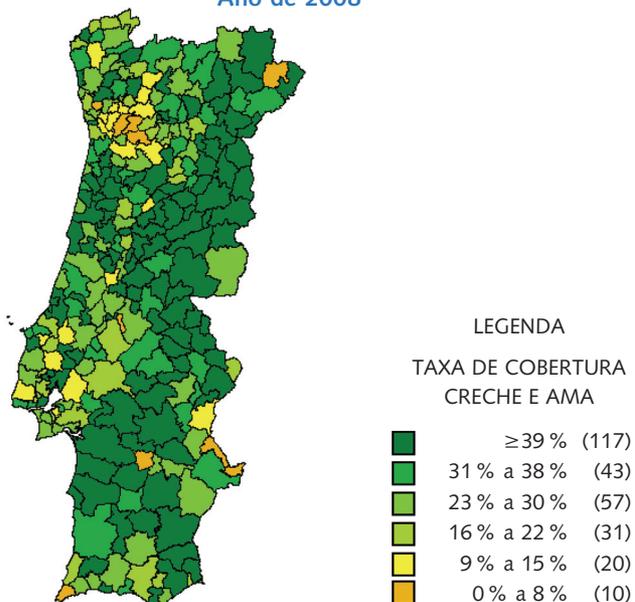
Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2008.

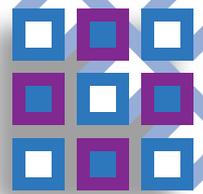
Taxa de cobertura – 2008

No que concerne à taxa de cobertura das respostas Creche e Ama, no ano de 2008, verificou-se que do total de concelhos que compõem o território continental, 160 registaram uma taxa igual ou superior a 31 %, sendo a média nacional de 30,2 %.

Estes valores representam um aumento bastante positivo em relação a 2007, prevendo-se um crescimento superior nos próximos anos com a entrada em funcionamento das creches em construção no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), o que permitirá ultrapassar a meta de Barcelona (33 %) e criar um maior equilíbrio na cobertura nacional, reduzindo-se também as assimetrias regionais.

Taxa de cobertura das respostas sociais
Creche e Ama, por concelho
Ano de 2008





3.2. – Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2008

Através da análise do mapa da distribuição espacial das respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência verifica-se que a maioria dos distritos detém 22 ou mais respostas.

Lisboa, Aveiro e Porto continuam a ser os distritos que registam maior número de respostas sociais, contrariamente a Vila Real, Bragança e Portalegre que apresentam os valores mais baixos.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito
Ano de 2008



LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

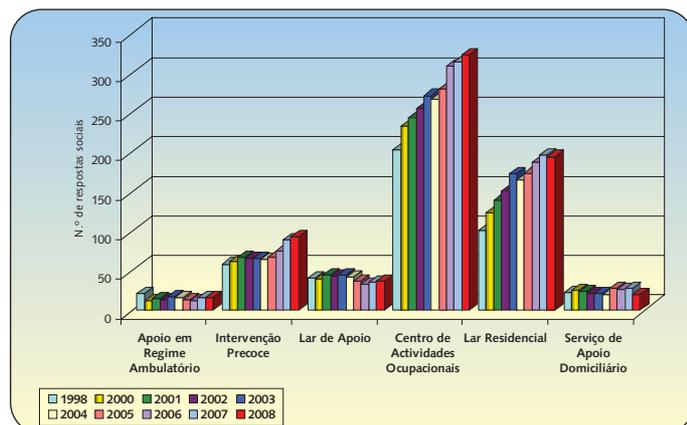
| | | |
|-----------------|-------------------|-----|
| Dark Blue | ≥ 50 Respostas | (3) |
| Medium Blue | 33 a 49 Respostas | (4) |
| Light Blue | 22 a 32 Respostas | (5) |
| Very Light Blue | 17 a 21 Respostas | (3) |
| White | 11 a 16 Respostas | (3) |

Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2008

Entre 1998 e 2008 as respostas sociais dirigidas a esta população-alvo apresentaram um crescimento, em termos globais, de 53,8 %.

O Lar Residencial (59,1 %), a Intervenção Precoce (60,3 %) e o Centro de Actividades Ocupacionais (94 %) constituem as respostas sociais que conheceram um maior desenvolvimento em 2008, por comparação a 1998.

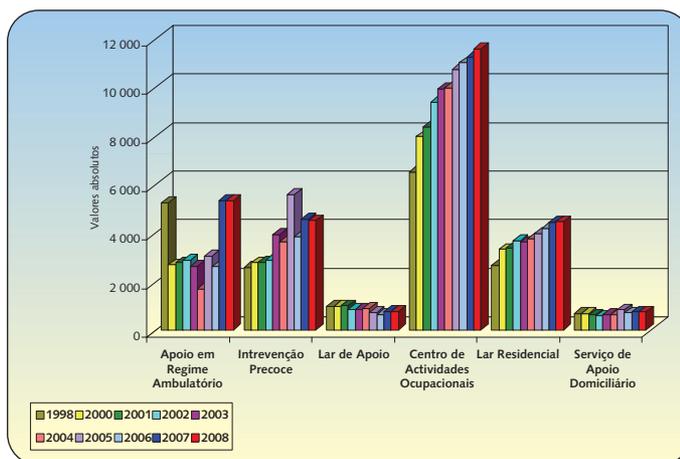
Evolução das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência
Continente – 1998-2008



Em relação à capacidade instalada dirigida às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, é de salientar, também, um aumento progressivo, em termos globais, apesar das oscilações no período de referência em algumas respostas sociais.

Refira-se que nos últimos dez anos (1998-2008), houve um acréscimo de mais de 9100 lugares, o que se traduz num crescimento de 48,8 %.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente – 1998-2008

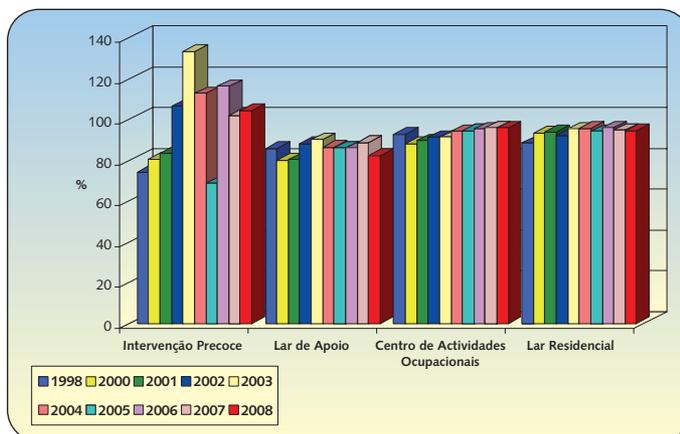


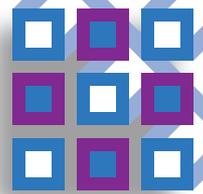
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2008

A taxa média de utilização calculada para o conjunto das 4 principais respostas sociais dirigidas a esta população, situou-se em 2008 nos 94,1 %.

O Centro de Actividades Ocupacionais (95,8 %) e o Lar Residencial (94,2 %), foram as respostas sociais com maior taxa de ocupação, situação que se tem mantido em anos anteriores.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente – 1998-2008

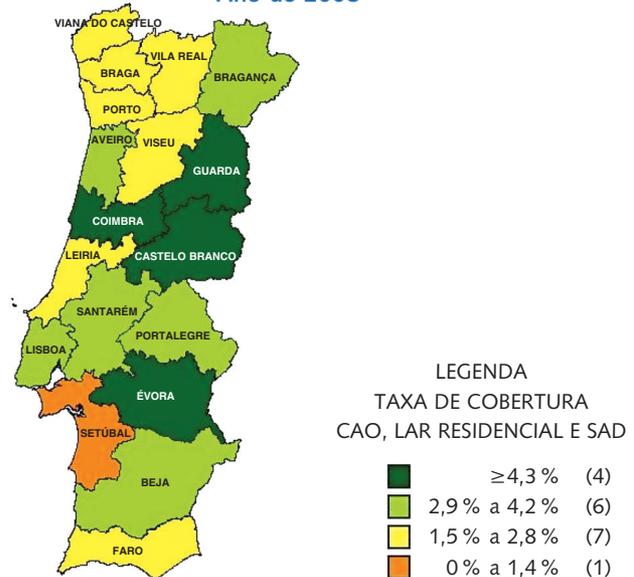




Taxa de cobertura – 2008

Quanto à taxa de cobertura das respostas dirigidas a esta população-alvo, e considerando as respostas Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial e SAD, verifica-se através da análise do mapa que em 2008 a maioria dos distritos apresentava uma cobertura superior à média nacional de 2,9 %.

Taxas de cobertura de algumas respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito
Ano de 2008

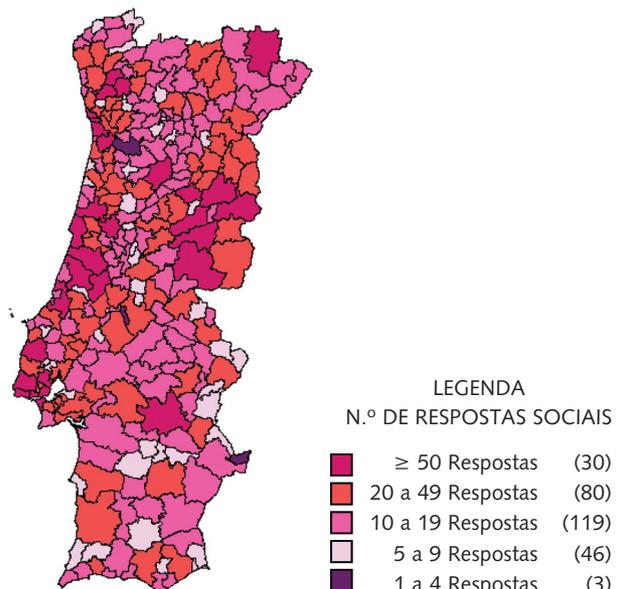


3.3. – Pessoas Idosas

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2008

Todos os concelhos do Continente apresentam respostas sociais para a população idosa, sendo a sua maior implantação nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos concelhos com maior índice de envelhecimento.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho
Ano de 2008

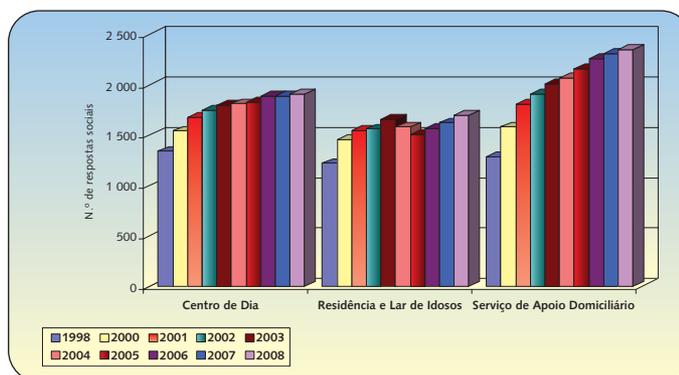


Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2008

Como resultado da dinâmica aplicada na criação de novas respostas, registou-se um aumento gradual no período em análise. Desde o ano 1998, o crescimento das respostas sociais para as pessoas idosas atingiu os 51,1 %, tendo sido, em 2008, identificadas cerca de 6800 valências.

Para efeitos desta análise foram consideradas apenas as principais respostas dirigidas às pessoas idosas, tais como o Centro de Dia, a Residência e Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas Continente – 1998-2008

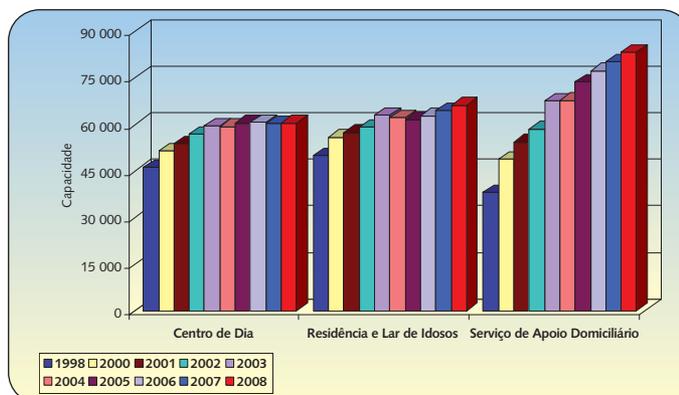


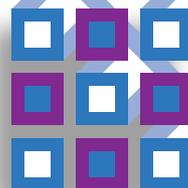
Ao longo destes dez anos o SAD tem apresentado a maior taxa de crescimento (82,8 %), seguido pelo Centro de Dia (42,5 %) e a Residência e Lar para idosos (39 %). No entanto, no último ano este crescimento incidiu na Residência e Lar de Idosos, o que demonstra o esforço que tem vindo a ser feito nesta resposta social.

O dinamismo apresentado pela Rede na implantação de novas respostas sociais tem como resultado directo a expansão da capacidade instalada.

Da análise do gráfico verifica-se que o SAD apresenta a maior taxa de crescimento ao longo dos anos, comprovando a realização da política desenvolvida nos últimos anos no sentido de privilegiar esta resposta, em alternativa às respostas convencionais, retardando assim a institucionalização do idoso. Deste modo, o SAD apresenta, no período de referência, uma taxa de crescimento da capacidade instalada de 119,1 %, correspondendo à criação de cerca de 45 300 lugares. A Residência e Lar de Idosos mostram também uma subida, embora mais moderada, assinalando um aumento da sua capacidade em 32,7 %, traduzindo-se em mais 16 350 lugares, desde 1998.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas Continente – 1998-2008



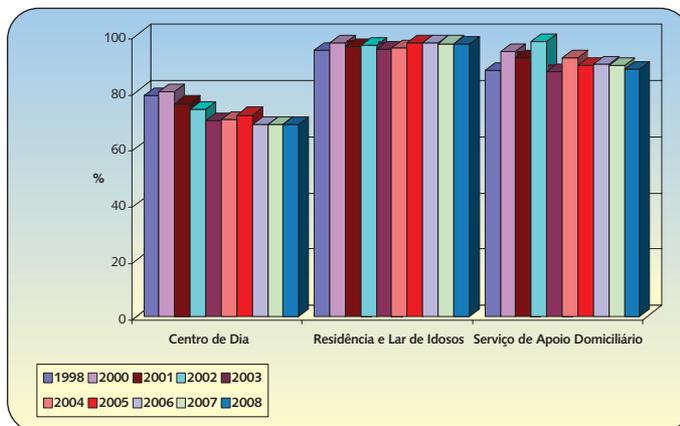


Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2008

A taxa média de utilização (1998-2008) das respostas ilustradas no gráfico é de 84,4 %, percentagem ligeiramente mais baixa do que nos últimos anos, devido ao aumento da capacidade principalmente no SAD e na Residência e Lar de Idosos.

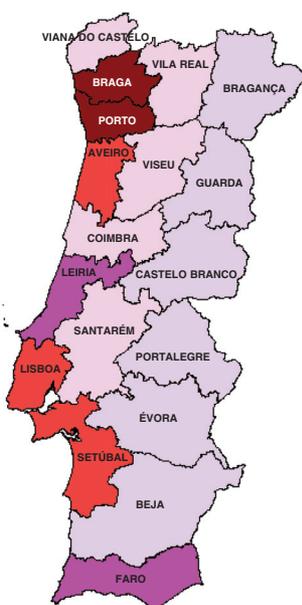
Durante esta década a percentagem mais elevada de ocupação incidiu sempre na Residência e Lar de Idosos, apresentando valores superiores a 95 %. Em 2008 esta taxa de utilização situou-se em 96,9 %. Também o SAD apresenta elevadas taxas de utilização (89,3 %).

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas Continente – 1998-2008



Proporção da oferta de serviços e equipamentos para as Pessoas Idosas, relativamente à População Idosa residente (≥ 65 anos)

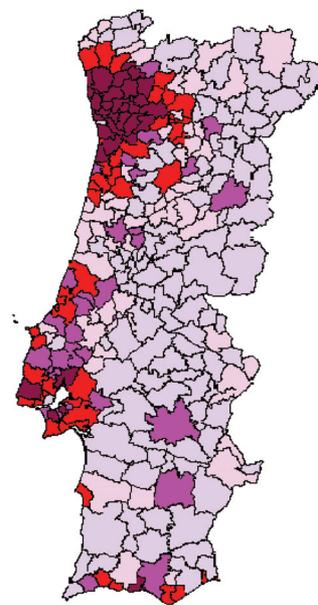
Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho Ano de 2008



LEGENDA

% POPULAÇÃO ≥ 65 anos

| POR DISTRITO | | POR CONCELHO | |
|----------------|-----|----------------|-------|
| 22,9 % a 41,2% | (6) | 22,9 % a 41,2% | (110) |
| 20,3 % a 22,8% | (5) | 20,3 % a 22,8% | (59) |
| 18,0 % a 20,2% | (2) | 18,0 % a 20,2% | (31) |
| 15,5 % a 17,9% | (3) | 15,5 % a 17,9% | (44) |
| até 15,4% | (2) | até 15,4% | (34) |



Fonte: INE, Estimativas da população residente, 2008.

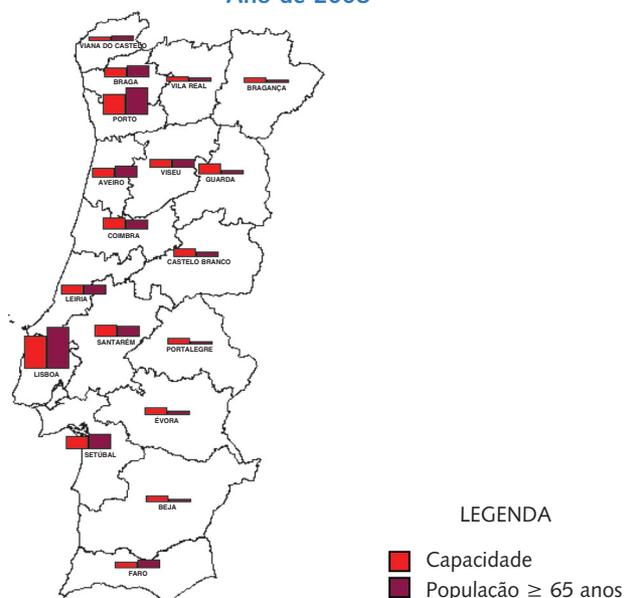
Os mapas retratam o país em termos das características da população. Assim, os distritos com uma estrutura mais envelhecida localizam-se no interior, enquanto que os mais jovens se situam no litoral, nomeadamente os que apresentam índices de envelhecimento inferior à média do Continente (17,9 %), tais como Braga (13,1 %), Porto (14,3 %), Aveiro (16,2 %), Setúbal (16,8 %) e Lisboa (17,8 %). Os distritos de Portalegre (25,8 %), Bragança e Castelo Branco (25,5 %), Guarda (25,1 %), Beja (23,9 %) e Évora (23,7 %) apresentam os valores mais elevados de envelhecimento.

Por outro lado na análise da distribuição da população por concelho verifica-se que o índice de distribuição não é uniforme. Assim, distritos bastante envelhecidos, como Beja, Évora e Guarda, apresentam os concelhos capital do distrito com índices de envelhecimento pouco superiores à média do Continente.

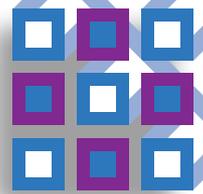
Este mapa mostra a existência de uma relação entre a oferta e a população-alvo na maioria dos distritos, colocando em evidência a adequação entre o envelhecimento da população e a oferta de respostas sociais para estas área de intervenção.

No entanto, verifica-se ainda, como nos anos anteriores, uma menor cobertura relativa nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Faro.

Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (≥ 65 anos), por distrito
Ano de 2008



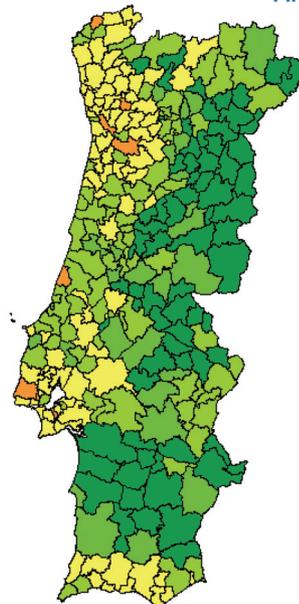
Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2008.



Taxa de cobertura – 2008

Relativamente à taxa de cobertura das respostas para esta população-alvo, 184 concelhos (66,2 %) no conjunto do Continente atingem taxas superiores à média global que se situa em 11,6 %.

Taxas de cobertura de algumas respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho
Ano de 2008



LEGENDA
TAXA DE COBERTURA
RESIDÊNCIA E LAR DE IDOSOS,
CENTRO DE DIA E SAD

| | | |
|---|-----------------|------|
| ■ | ≥ 20,1 % | (73) |
| ■ | 16,9 % a 20,0 % | (26) |
| ■ | 11,2 % a 16,8 % | (81) |
| ■ | 5,7 % a 11,1 % | (90) |
| ■ | 0 % a 5,6 % | (8) |

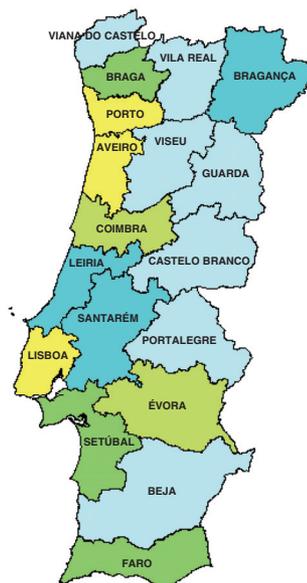
3.4. – Família e Comunidade

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2008

Da análise do mapa pode inferir-se que todos os distritos cartografados dispõem de um mínimo de 10 respostas sociais para esta área de intervenção.

Os distritos do Porto, Aveiro e Lisboa são os que registam uma maior implantação enquanto que os distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja apresentam o menor número de respostas instaladas.

Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por distrito
Ano de 2008



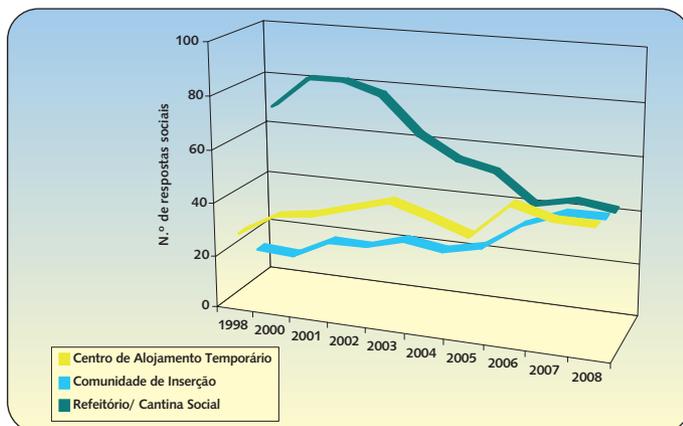
LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | | |
|---|-------------------|-----|
| ■ | ≥ 50 Respostas | (3) |
| ■ | 31 a 49 Respostas | (3) |
| ■ | 21 a 30 Respostas | (2) |
| ■ | 10 a 20 Respostas | (3) |
| ■ | < 10 Respostas | (7) |

Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2008

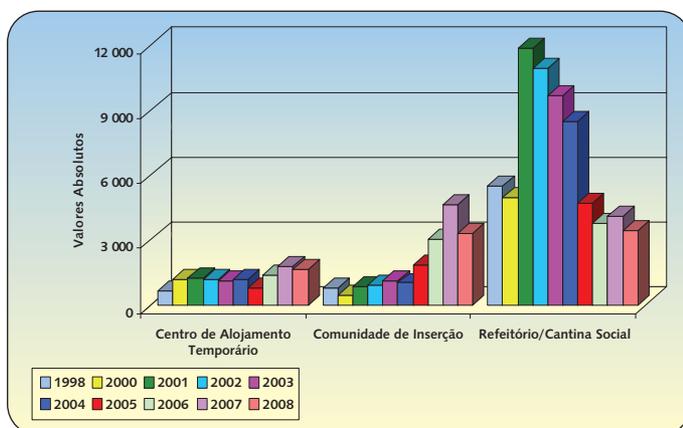
Em 2008 as respostas sociais dirigidas a este tipo de população mantiveram-se num nível idêntico ao registado no ano anterior.

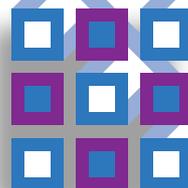
Evolução das respostas sociais para a Família e Comunidade Continente – 1998-2008



Apesar da tendência verificada no que respeita ao número de valências, as capacidades apresentam um ligeiro decréscimo devido à revisão e avaliação destas por parte dos Centros Distritais do ISS, IP.

Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade Continente – 1998-2008



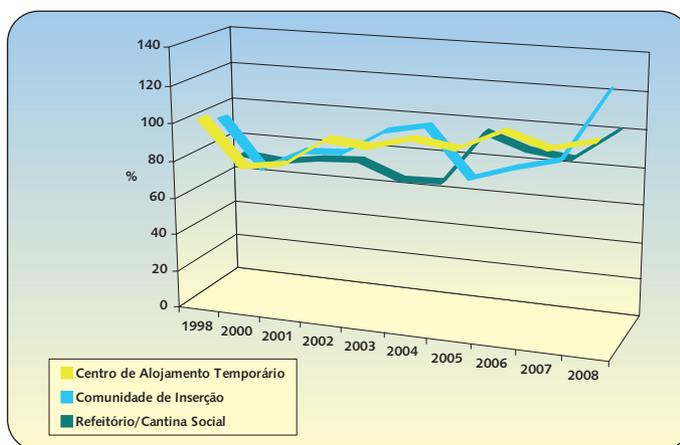


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2008

O conjunto das respostas sociais em análise para a Família e Comunidade apresenta em 2008 uma taxa média de utilização de 111,5 %, o que para além de traduzir um aumento comparativamente ao ano anterior, também denota uma sobrelotação.

A Comunidade de Inserção (126,5 %) é a resposta social dirigida a esta população-alvo que apresenta a maior procura no ano de 2008.

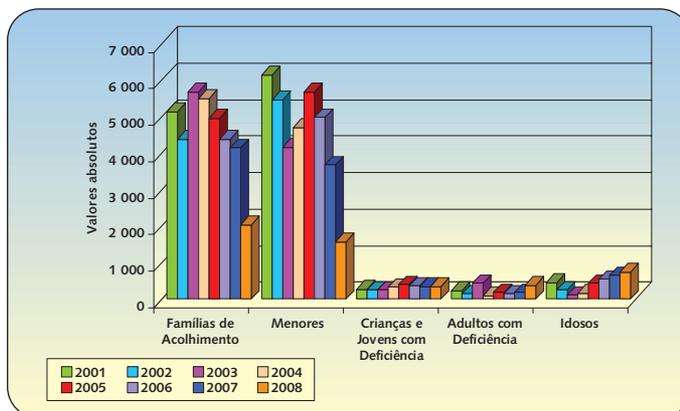
Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade Continente – 1998-2008



A resposta social Acolhimento Familiar

Pela publicação do Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro, foram alterados os princípios enformadores da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro sobre o acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo. Com a publicação deste diploma a família de acolhimento é definida como “pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adoção”.

Evolução das Famílias de Acolhimento por grupo-alvo Continente – 2001-2008



Assim, com a entrada em vigor desta nova concepção de acolhimento familiar verificou-se em 2008 um decréscimo acentuado do número de Famílias de Acolhimento (51 %) e do número de menores acolhidos (57 %). Por outro lado, o número de adultos com deficiência duplicou face ao ano anterior, enquanto o número de idosos acolhidos apresentou um acréscimo de 14 %.

Apesar do novo entendimento sobre o acolhimento de crianças e jovens, este grupo representa ainda 51,5 % de colocações familiares, seguido pelo grupo dos idosos com 24,4 %.

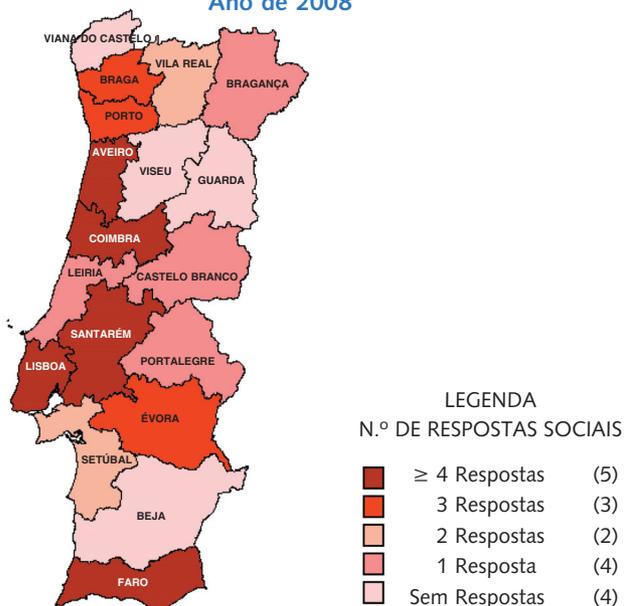
3.5. – Pessoas Toxicodependentes

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2008

Através do mapa da distribuição espacial das respostas sociais do âmbito da Segurança Social para as Pessoas Toxicodependentes, pode-se verificar que a maioria dos distritos do Continente estão cobertos por respostas para esta população-alvo, com a excepção de Viana do Castelo, Viseu, Guarda e Beja.

No conjunto dos distritos que têm em funcionamento respostas sociais para esta população-alvo, onde se evidenciam os da zona litoral, 57 % apresenta 3 ou mais respostas.

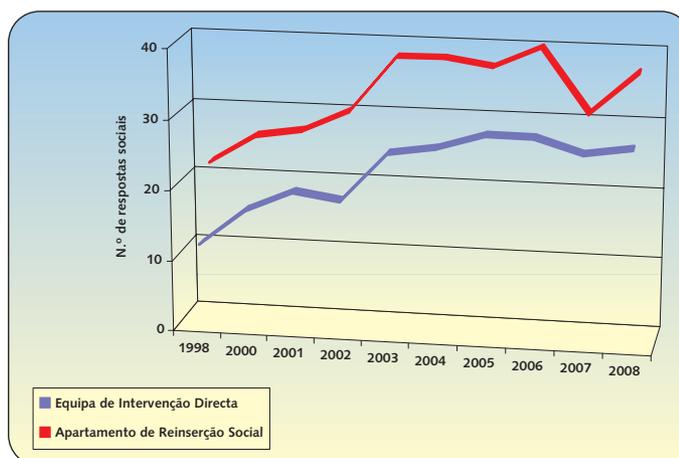
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, por distrito
Ano de 2008

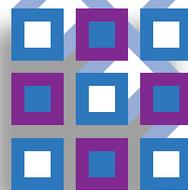


Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2008

Ao longo do período de análise (1998-2008) o número de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo tem conhecido um aumento progressivo, em termos globais, apesar das oscilações. No ano de 2008 observa-se um crescimento, face a 2007, tanto das Equipas de Intervenção Directa como dos Apartamentos de Reinserção Social.

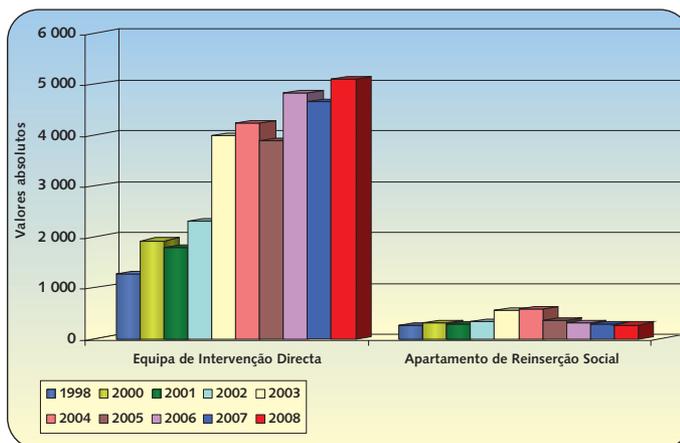
Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes
Continente – 1998-2008





Quanto à capacidade, a evolução destas respostas tem sido também bastante positiva desde 1998. É de salientar, sobretudo, o aumento da capacidade das Equipas de Intervenção que em 2008 atingiram uma capacidade de apoio superior a 5100 utentes.

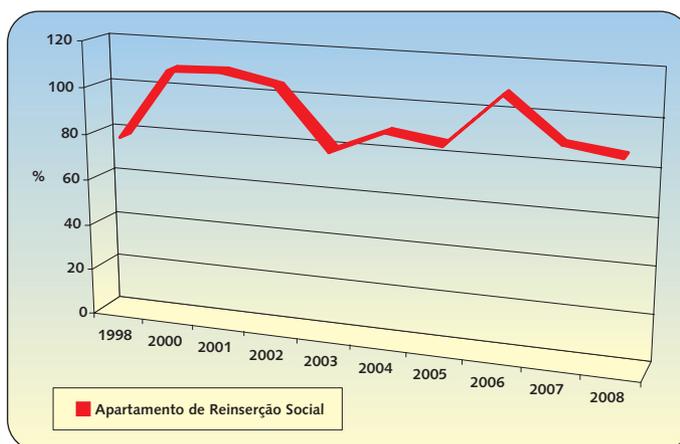
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes Continente – 1998-2008



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2008

A taxa de utilização dos apartamentos de Reinserção Social, apesar das oscilações que tem sofrido, tem-se mantido sempre acima dos 80 %, o que demonstra a procura que existe para este tipo de resposta.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social Continente – 1998-2008



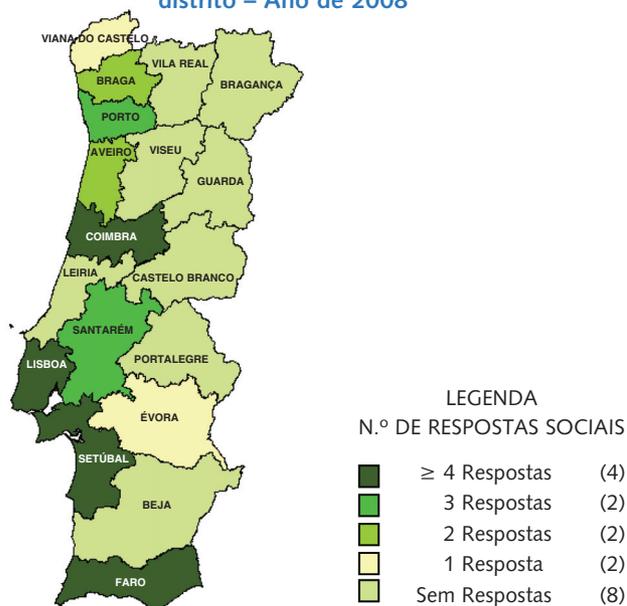
3.6. – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2008

Através do mapa da distribuição espacial das respostas sociais do âmbito da Segurança Social para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA, conclui-se que a maioria dos distritos do Continente se encontram cobertos por respostas, dirigidas a esta população-alvo, com destaque para o litoral do país.

Refira-se que dos distritos onde funcionam respostas sociais para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA, 60 % destes detêm 3 ou mais respostas.

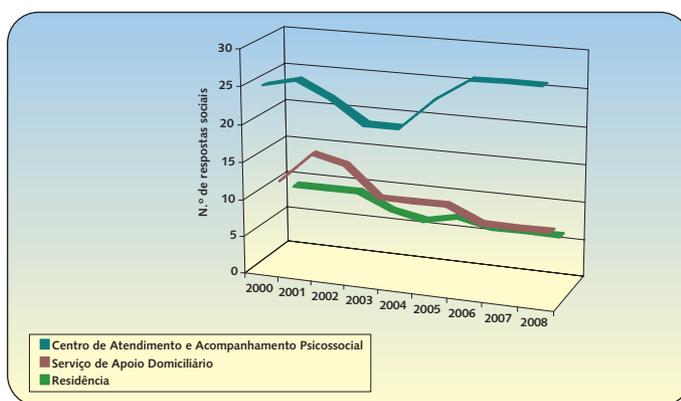
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, por distrito – Ano de 2008

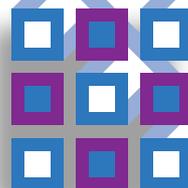


Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2008

Ao longo dos últimos dez anos, apesar das oscilações que têm ocorrido, tem-se verificado, em termos globais, uma evolução positiva no número de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo, nomeadamente o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial. No ano de 2008, todas as respostas apresentaram uma relativa estabilização, por referência ao ano de 2007.

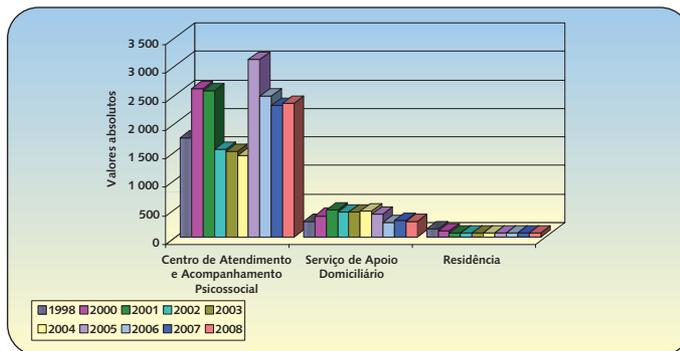
Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias Continente – 1998-2008





No que diz respeito à capacidade têm-se verificado também flutuações, de acordo com as alterações ocorridas na criação e encerramento deste tipo de respostas sociais, particularmente no Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, resposta onde o crescimento foi o mais notório no período de referência e que detém os valores mais elevados de capacidade instalada.

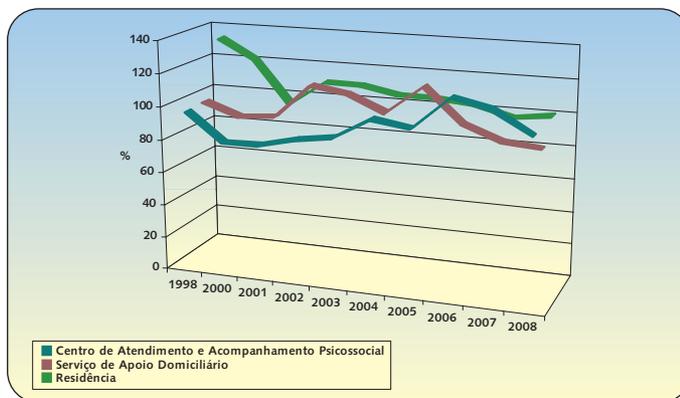
Evolução da capacidade das respostas para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias Continente – 1998-2008



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2008

O número ainda reduzido de respostas existentes é um problema que se vem manifestando ao longo do período de análise, no entanto em 2008 todas as respostas apresentam uma oferta superior à procura, o que poderá indiciar um ajustamento dos utentes à natureza das respostas que frequentam.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias Continente – 1998-2008



3.7. – Outra população-alvo

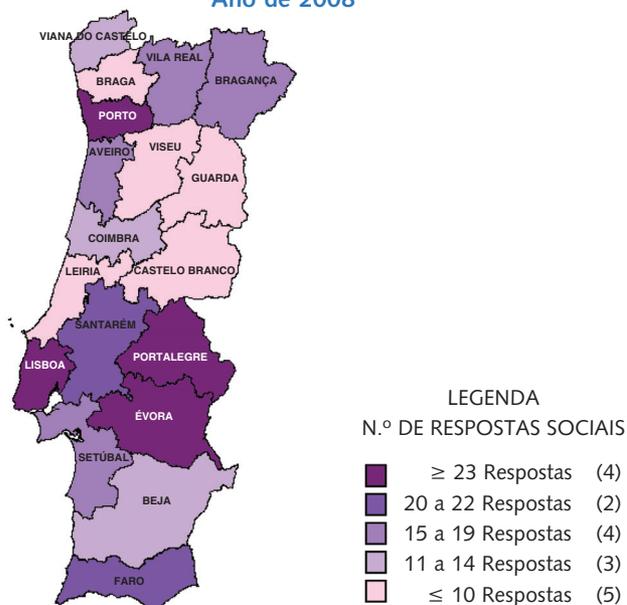
No capítulo que se segue serão analisadas as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e a prestação de cuidados a Pessoas em Situação de Dependência.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2008

O mapa de distribuição exposto permite observar que todos os distritos do território continental dispõem de respostas sociais para estas populações.

Lisboa e Porto (centros urbanos), Portalegre e Évora (interior do país) são os distritos com mais respostas, dispondo em 2008 de 23 ou mais respostas.

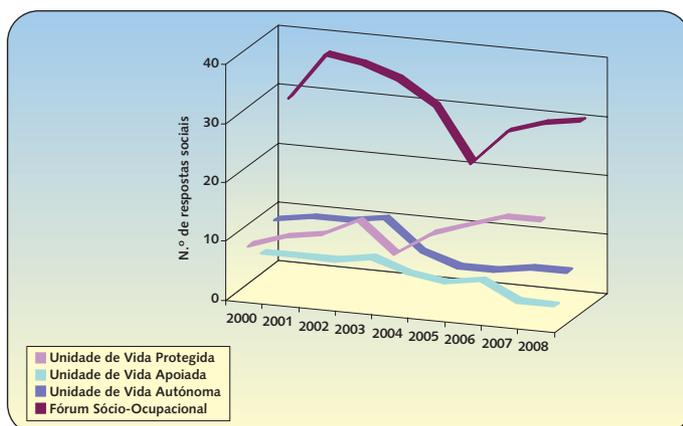
Distribuição espacial das respostas sociais para Outra população-alvo (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência), por distrito Ano de 2008

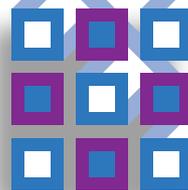


Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico – respostas sociais e capacidades, evolução 2000-2008

Em relação às respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, não se observam no ano de 2008 alterações à tendência de crescimento iniciada em 2005 nas Unidades de Vida Protegida e Fóruns Sócio-Ocupacionais. As restantes respostas apresentam, também, no ano em análise alguma tendência de estabilização.

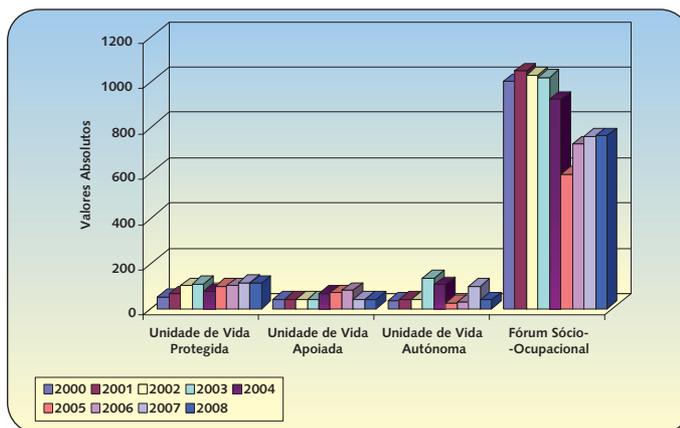
Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico Continente – 2000-2008





Quanto à capacidade instalada, verifica-se de igual modo uma relativa estabilização dos valores em quase todas as respostas, à excepção das Unidades de Vida Autónoma onde se observou um ligeiro decréscimo, em virtude da reformulação de algumas unidades.

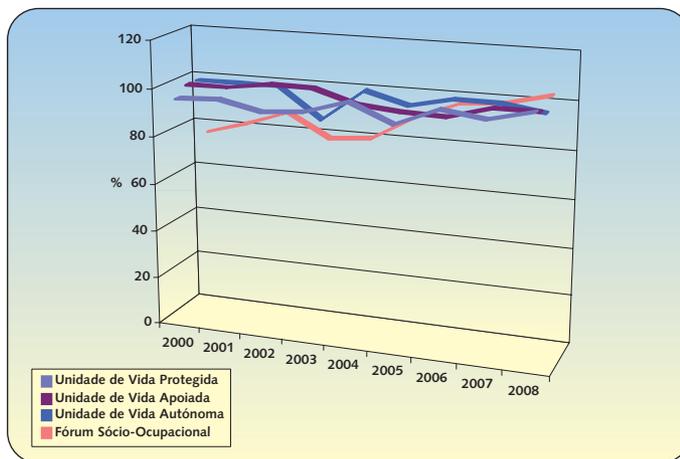
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico Continente – 2000-2008



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2008

À semelhança dos anos anteriores, a taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico situou-se em 2008 em valores muito próximos da ocupação plena.

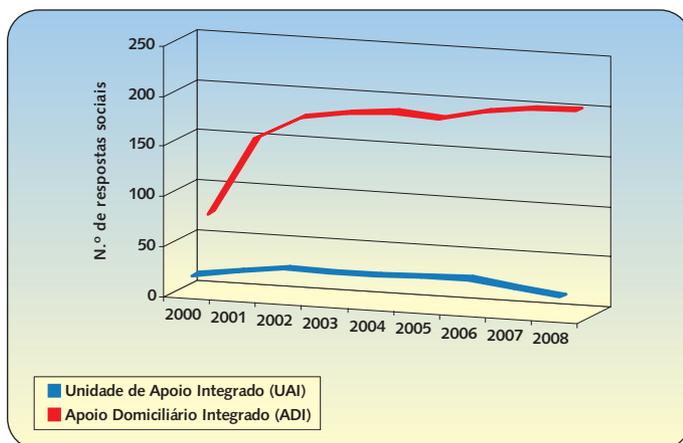
Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico Continente – 2000-2008



Pessoas em Situação de Dependência – respostas sociais e capacidades, evolução 2000-2008

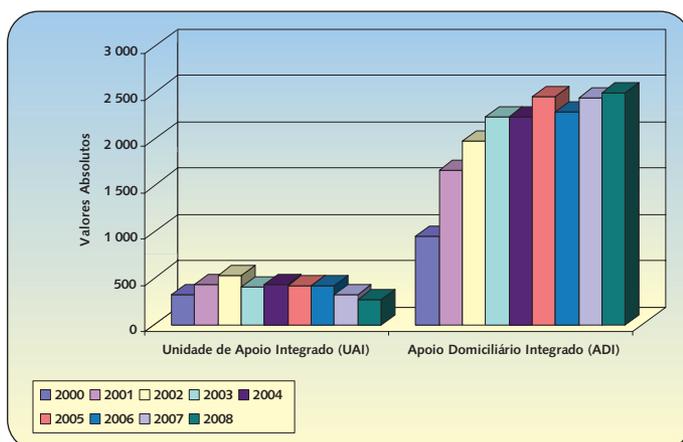
As respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência têm mantido um ritmo de crescimento contínuo no global desde 2000, particularmente o Apoio Domiciliário Integrado (ADI). As Unidades de Apoio Integrado (UAI) apresentam, por outro lado, desde 2007 um ligeiro decréscimo, possivelmente em resultado da sua reformulação em unidades da nova Rede Nacional de Cuidados Continuados.

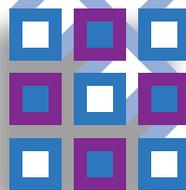
**Evolução das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência
Continente – 2000-2008**



Ao nível da capacidade instalada destas respostas sociais, o seu crescimento ao longo do período de análise (2000-2008) tem sido também crescente, especialmente no que diz respeito ao Apoio Domiciliário Integrado (ADI) que apresenta uma taxa de crescimento de 162 %.

**Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência
Continente – 2000-2008**

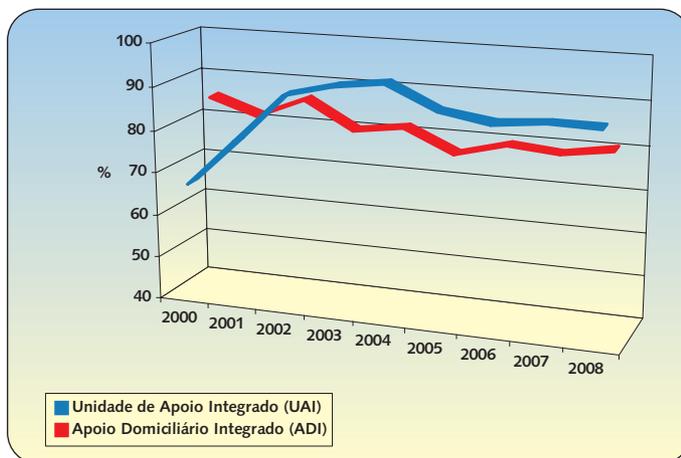


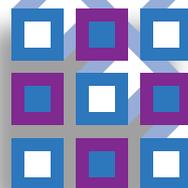


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2008

A taxa de utilização das respostas sociais para esta população-alvo tem sofrido oscilações ao longo do período, todavia desde 2005 esta tem se caracterizado por uma relativa estabilização em ambas as respostas sociais, situando-se em 87,6% e 80,1%, UAI e ADI respectivamente.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência Continente – 2000-2008





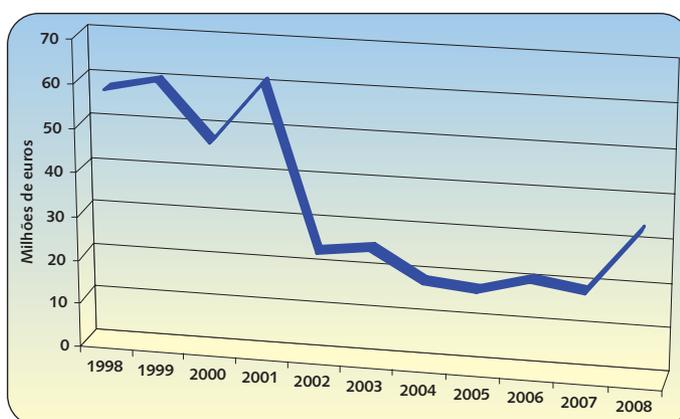
4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: O esforço público

4.1. – Investimentos

Total dos Investimentos, evolução 1998-2008

A partir de 2001 até ao ano de 2007 o investimento público apresentou um abaixamento expressivo em relação aos valores registados nos anos anteriores. No entanto, em 2008 com a execução do PARES, cujo objectivo é o aumento da capacidade instalada mas também a melhoria da qualidade das respostas já existentes, o financiamento público aumentou significativamente, prevendo-se a continuidade desta tendência crescente do nível de investimento.

Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais (valores nominais)
Continente – 1998-2008



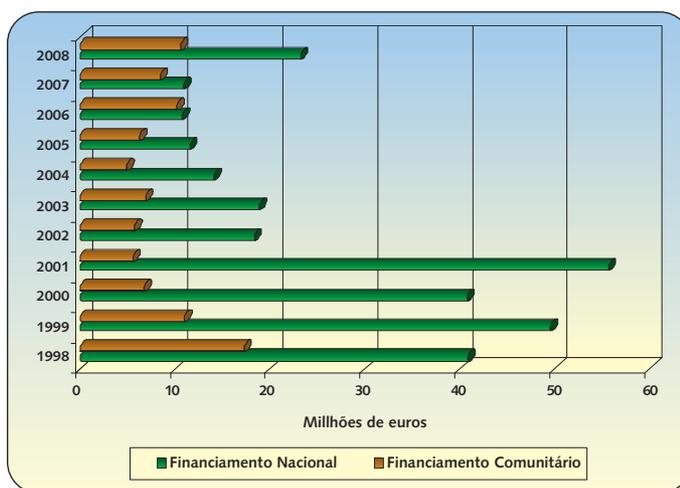
Fonte: GEP, *Relatórios de Execução Anual do PIDDAC*
Informação disponibilizada pelo MTSS

O investimento em serviços e equipamentos sociais, no período de 1998-2008, atingiu 387 milhões de euros (valores nominais).

Numa análise desagregada, observa-se que o valor do financiamento nacional tem sido sempre superior ao valor do assegurado pela componente comunitária.

Em 2008 a verba executada no PIDDAC no investimento em Serviços e Equipamentos Sociais representou 23,2 % do total do investimento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais, por fontes de financiamento (valores nominais)
Continente – 1998-2008



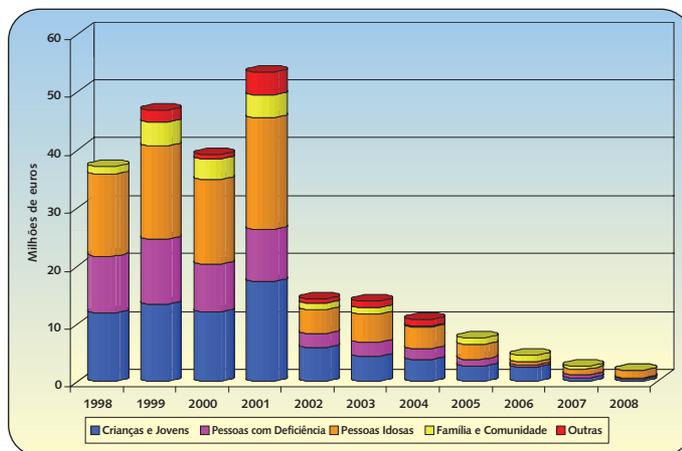
Fonte: GEP, *Relatórios de Execução Anual do PIDDAC*
Informação disponibilizada pelo MTSS

Investimentos por população-alvo, evolução 1998-2008

Nos gráficos dos projectos não co-financiados e co-financiados não está considerada a despesa financiada no âmbito do PARES, embora a mesma esteja representada nos gráficos da página anterior em valores totais.

A partir do ano de 2001, o PIDDAC não co-financiado tem registado um decréscimo no valor das dotações devido à necessidade de redução do défice orçamental.

Financiamento para investimento – evolução do investimento segundo a população-alvo – Projectos não co-financiados Continente – 1998-2008



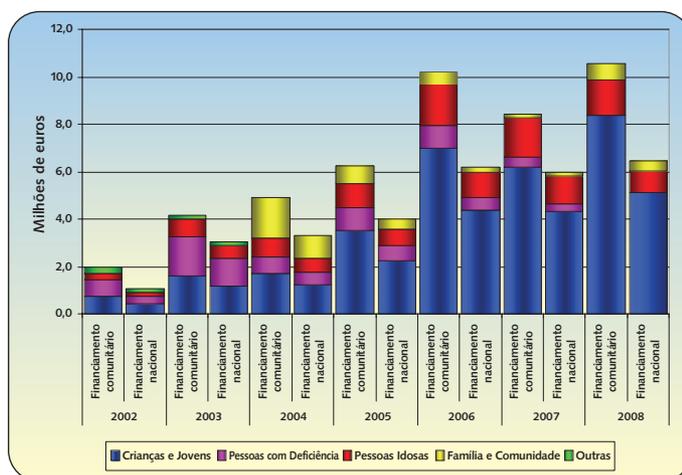
Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

Em 2008, as respostas sociais dirigidas às Pessoas Idosas utilizaram a maior percentagem de investimento (68,1 %), enquanto que as respostas para as Crianças e Jovens e para as Pessoas com Deficiência absorveram respectivamente 23,4 % e 8,5 %.

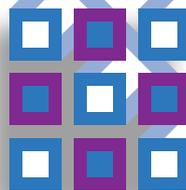
Relativamente aos Projectos co-financiados – QCA III (POEFDS e PORLVT), verifica-se que a verba total executada em 2008 foi superior aos anos anteriores.

Ao contrário dos projectos não co-financiados a maior percentagem de investimentos incidu nas respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens (79,1 %), seguindo-se as respostas para as Pessoas Idosas (13,9 %) e Família e Comunidade (6,9 %).

Financiamento para investimento Projectos co-financiados – QCA III (POEFDS e PORLVT) Continente – 2002-2008



Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC



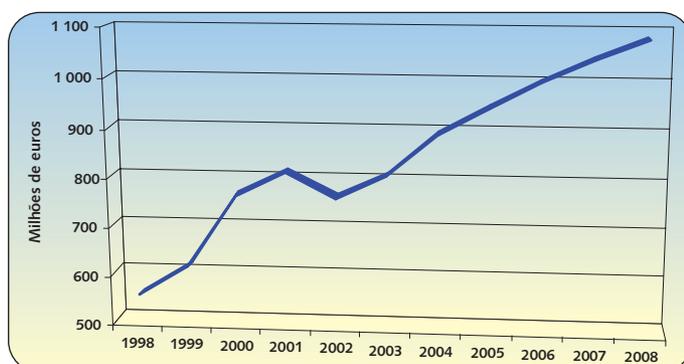
4.2. – Despesas de funcionamento

Despesa de funcionamento, evolução 1998-2008

A despesa com o funcionamento da Rede é assegurada, fundamentalmente, pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as IPSS, pela participação do utente ou respectiva família e pelas receitas próprias das instituições.

Conforme o gráfico, verifica-se um crescimento acentuado da despesa com os acordos de cooperação, quer pela actualização anual dos valores de participação da Segurança Social, quer pelo alargamento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. Em 2008, por referência ao ano base (1998), a despesa cresceu cerca de 85,5 %, tendo sido o encargo superior em cerca de 4 % ao ano anterior, o que traduz o esforço orçamental, não só pelo aumento do valor unitário da participação da Segurança Social como também no alargamento a um maior número de utentes.

Evolução da despesa com os acordos de cooperação
Continente – 1998-2008



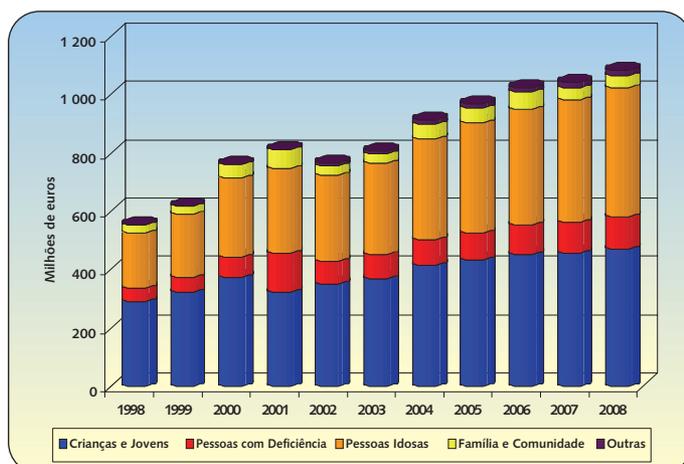
Fonte: IGFSS, *Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social*

Despesas de funcionamento por população-alvo, evolução 1998-2008

As respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas representam o maior encargo financeiro ao longo dos anos, sendo em 2008, respectivamente 43,4 % e 40,8 % da despesa total. No entanto as respostas dirigidas às Pessoas com Deficiência mostram também um peso elevado, significando 10,5 % da despesa.

Em «Outras» foram consideradas as despesas com as Pessoas Toxicod dependentes, Pessoas infectadas com VIH/SIDA, Saúde Mental e Pessoas em situação de Dependência, representando no seu conjunto cerca de 2 % do peso relativo dos encargos.

Evolução da despesa de funcionamento
por população-alvo
Continente – 1998-2008



Fonte: IGFSS, *Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social*

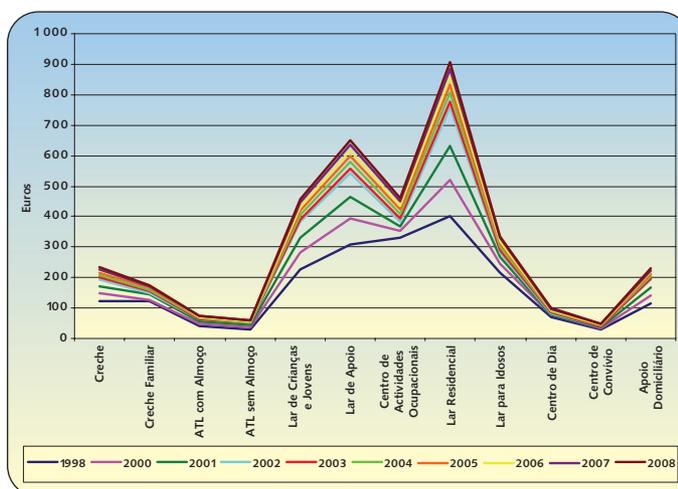
Contudo, o total da despesa com a Rede de Serviços e Equipamentos é superior à representação gráfica por não integrar o encargo com o funcionamento dos estabelecimentos integrados.

Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação, evolução 1998-2008

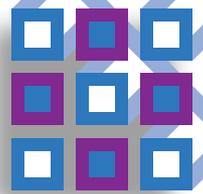
Em 2006 a comparticipação financeira da Segurança Social, no que se refere às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação, foi actualizada em 2,5 %, sobre os valores praticados no ano anterior.

As respostas sociais dirigidas às Pessoas com Deficiência (Lar Residencial, Lar de Apoio e Centro de Actividades Ocupacionais) são as que têm apresentado as comparticipações mais elevadas por utente ao longo dos anos da análise, seguindo-se o Lar de Infância e Juventude dirigido a Crianças e Jovens em Situação de Risco.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições por resposta social e utente – 1998-2008



Fonte: Protocolos de Cooperação

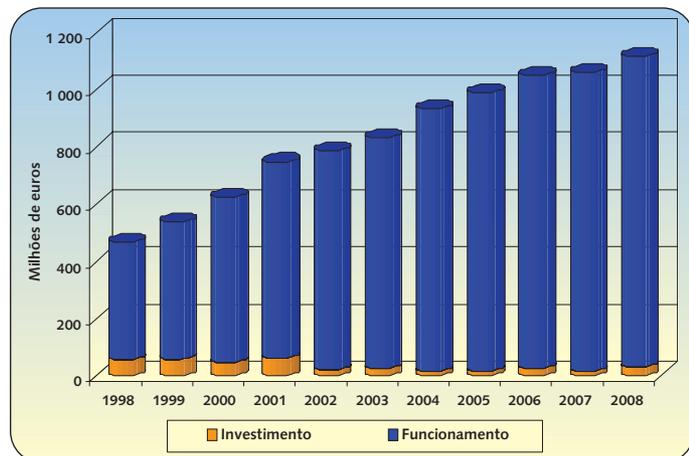


4.3. – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos

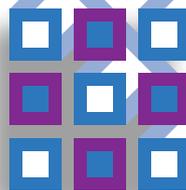
Considerando as despesas com a Rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, consideradas anteriormente, regista-se um aumento continuado ao longo do período de análise.

Salienta-se ainda que, as despesas de funcionamento para além de apresentarem maior peso percentual no conjunto das duas componentes, registam uma tendência de crescimento acentuado. Também neste gráfico na componente «funcionamento» foi considerada apenas a despesa com os acordos de cooperação, o que representa só uma parte do custo de funcionamento da Rede. Por outro lado, as despesas de investimento começaram a registar uma tendência de recuperação a partir de 2006 em virtude da nova política de investimentos encetada pelo Governo através do PARES.

Evolução do financiamento para investimento e funcionamento em serviços e equipamentos sociais Continente – 1998-2008



Fontes: GEP, *Relatórios de Execução Anual do PIDDAC*
IGFSS, *Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Ação Social*
Informação disponibilizada pelo MTSS



ANEXOS

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19).

Infância e Juventude

Crianças e Jovens

Ama

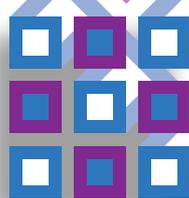
Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Creche Familiar

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com actividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

Creche

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.



Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

Centro de Actividades de Tempos Livres – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, podendo desenvolver, complementarmente, actividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

Intervenção Precoce

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.

Lar de Apoio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sócio-familiar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

Centro de Acolhimento Temporário

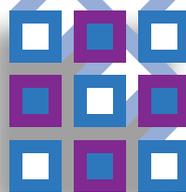
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Lar de Infância e Juventude

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Apartamento de Autonomização

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.



População Adulta

Pessoas Idosas

Serviço de Apoio Domiciliário – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Centro de Convívio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade.

Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

Centro de Noite

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento nocturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

Residência

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

Lar de Idosos

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Pessoas Adultas com Deficiência

Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sociocultural.

Serviço de Apoio Domiciliário – SAD

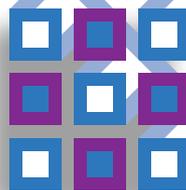
Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.



Lar Residencial

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

Serviço de Apoio Domiciliário – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Apoio Domiciliário Integrado – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

Unidade de Apoio Integrado – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Forum Sócio-ocupacional

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

Unidade de Vida Protegida

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

Unidade de Vida Autónoma

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

Unidade de Vida Apoiada

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

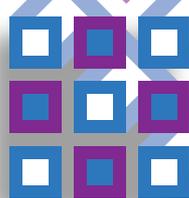
Pessoas Sem-Abrigo

Equipa de Rua para Pessoas Sem-Abrigo

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

Atelier Ocupacional

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de actividades integradas em programas "estruturados" que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou "flexíveis" onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.



Família e Comunidade

Família e Comunidade em Geral

Atendimento/Acompanhamento Social

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência.

Grupo de Auto-Ajuda

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para inter-ajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

Centro Comunitário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Centro de Férias e de Lazer

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

Refeitório/Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Centro de Apoio à Vida

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

Comunidade de Inserção

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

Centro de Alojamento Temporário – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

Ajuda Alimentar

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias

Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial – CAAP

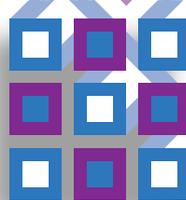
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infectadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

Serviço de Apoio Domiciliário – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Residência para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infectadas e/ou doentes de HIV, em ruptura familiar e desfavorecimento socioeconómico.



Pessoas Toxicodependentes

Equipa de Intervenção Directa

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afectadas por este fenómeno.

Apartamento de Reinserção Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

Centro de Atendimento

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a protecção destas.

Casa de Abrigo

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Grupo Fechado de Respostas Pontuais

Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

Apoio em Regime Ambulatório

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve actividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

Escola de Cães-Guia

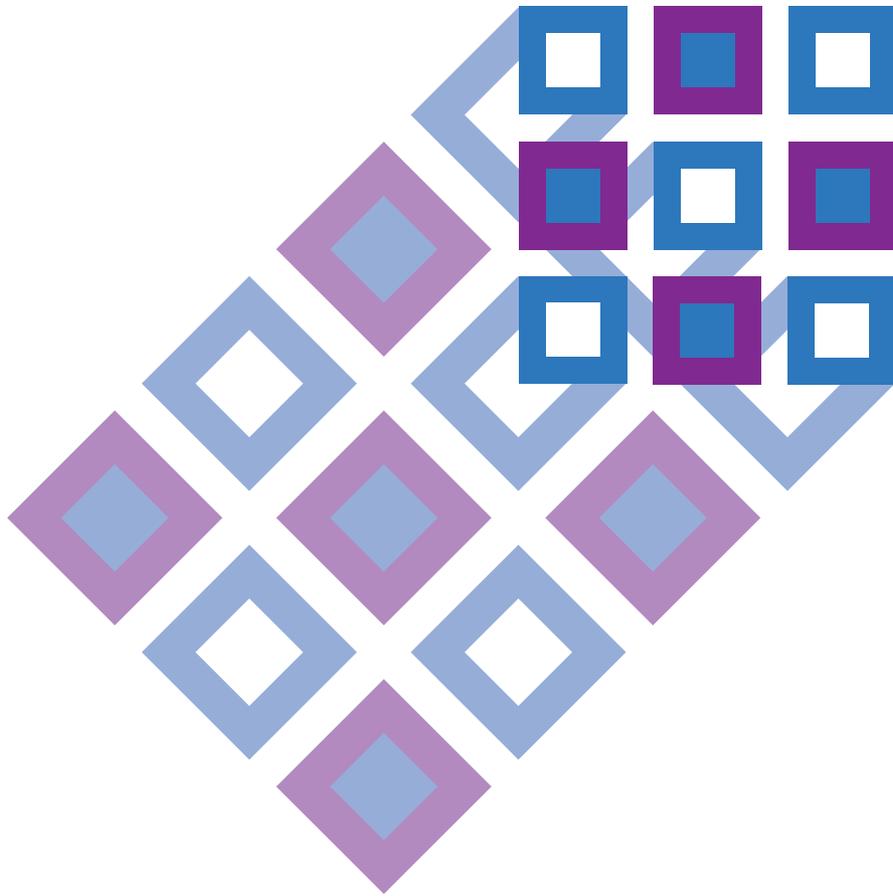
Equipamento onde se desenvolvem actividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



9 1789727 043538

Preço: 10,00€